



ENCONTRO PREPARATÓRIO

II ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

POR UM PROJETO CLASSISTA E DEMOCRÁTICO DE EDUCAÇÃO

08 a 10 de abril Anfiteatro

— Módulo II - Uefs —

PÁTRIA EDUCADORA, PARA QUEM?

**PNE e o projeto de educação
da classe trabalhadora**



COMITÊ ESTADUAL EM DEFESA
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
(Bahia)

SUMÁRIO

Apresentação	02
Programação	03
Texto 1 – EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO, AUTONOMIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA. Contribuições da Corrente Proletária na Educação/Partido Operário Revolucionário ao Encontro Estadual de Educação.....	04
Texto 2 – EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO, AUTONOMIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA. Edson do Espírito Santo Filho – ADUFS.....	07
Texto 3 – FINANCIAMENTO, PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Contribuições da Corrente Proletária na Educação/Partido Operário Revolucionário ao Encontro Estadual de Educação.....	10
Texto 4 – PNE DO GOVERNO FEDERAL: TUDO PELA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia ADUSB – Sessão sindical do ANDES-SN.....	15
Texto 5 – CONDIÇÕES DE TRABALHO E CARREIRA DAS E DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. Contribuições da Corrente Proletária na Educação ao Encontro Estadual de Educação.....	18
Texto 6 – CONDIÇÕES DE TRABALHO E CARREIRA DOS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. Contribuição da Secretaria Executiva Estadual da CSP-Conlutas/BA para o Encontro Estadual de Educação preparatório para o II ENE.....	20
Texto 7 – CONTRA A OFENSIVA CONSERVADORA NA EDUCAÇÃO: OUSAR LUTAR! Ediane Lopes de Santana – Diretoria Estadual ADUNEB.....	23
Texto 8 – ACESSO À EDUCAÇÃO PÚBLICA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL. Contribuições das Entidades: Ousar, Pajeú e UJC.....	26
Texto 9 – ACESSO À EDUCAÇÃO PÚBLICA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL. Contribuições da Corrente Proletária na Educação ao Encontro Estadual de Educação.....	30
Texto 10 – POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO DO CAMPO. Contribuições da Corrente Proletária na Educação ao Encontro Estadual de Educação.....	32
Texto 11 – EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS. Maria Almeida – Aduneb.....	36
Texto 12 – A EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONCEITOS, DILEMAS E DESAFIOS. José Carlos Evangelista – Fórum Estadual de Educação do Campo.....	38
Regimento	42

APRESENTAÇÃO

No ano de 2014, o I Encontro Nacional de Educação – ENE, realizado nos dias 08, 09 e 10 de agosto deliberou pela criação dos Comitês Estaduais em Defesa da Educação Pública. Desde então, no Estado da Bahia, as mobilizações em torno da sua construção se iniciaram através de reuniões itinerantes, debates e construção de Manifesto de Lançamento, após uma avaliação de que não deveríamos artificializar a sua criação, mas de aprofundar o debate com as entidades.

Com isso, uma ampla discussão em várias reuniões preparatórias, deliberou-se pelo seu lançamento oficial no dia 8 de abril de 2015, quando servidores técnicos, professores e estudantes das Universidades Estaduais paralisaram suas atividades na luta por ampliação do Orçamento para estas instituições. Desde então, o Comitê Estadual em Defesa da Educação Pública se debruçou sobre a necessidade de construção de articulação estadual, que fosse capaz não somente de organizar a ida da militância para o II ENE que acontecerá em Brasília, mas de apontar para os próximos anos um plano estadual de lutas. Neste sentido, pensou-se na realização do Encontro Estadual Preparatório ao II ENE.

O tema central do Encontro, “Pátria Educadora, para quem? PNE e o projeto de Educação da Classe Trabalhadora surge num momento em que a conjuntura política aponta para os impactos da invasão empresarial na educação brasileira, dos intensos cortes no Orçamento público para Escolas e Universidades, retirada de direitos nos planos de cargos e salários das diversas categorias do funcionalismo público, limites orçamentários à qualidade e expansão da política de permanência estudantil, fechamento de escolas do campo, avanço da pauta conservadora no país. Por outro lado, a contraposição ao PNE privatista do governo e empresários exige a construção de um projeto que seja expressivo na defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade que atenda às necessidades da classe trabalhadora.

Neste sentido, as reuniões realizadas em Salvador, Vitória da Conquista, Ilhéus, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos apontaram para a mobilização de lutadores sociais para a discussão de problemáticas significativas nos seguintes eixos: Avaliação, Autonomia e Gestão Democrática; Financiamento e Privatização da Educação Pública; Condições de Trabalho e Carreira dos/as Profissionais da Educação; Gênero, Diversidade Sexual e Diversidade Étnico-racial; Acesso e Permanência Estudantil; Políticas Públicas e Educação do Campo.

Apresentamos neste caderno de textos o Regimento do Encontro Estadual e os textos de apoio, com teses de resolução que foram produzidas por representantes das entidades políticas que estão construindo o Comitê Estadual em Defesa da Educação Pública. Estas discussões serão incorporadas com o debate que os diversos militantes do Estado da Bahia apresentarão ao longo destes três dias. Esperamos contar com um debate proveitoso e que possamos sair com um importante plano de lutas para os próximos anos.

PROGRAMAÇÃO

08/04

18h30 *Abertura.*

19h às 21h30 *Mesa – ‘Pátria Educadora para quem? PNE e o Projeto de Educação da Classe Trabalhadora’.*

09/04

Painéis Temáticos e Discussão nos GT:

08h *Painel 1 – Educação: avaliação, autonomia e gestão democrática.*

08h20 *Painel 2 – Financiamento, privatização e mercantilização da educação.*

08h40 *Painel 3 – Condições de Trabalho e carreira dos profissionais da educação.*

09h *Apresentação e Defesa dos textos.*

09h30 às 11h30 *Discussão e Apresentação das propostas dos GT.*

14h30 *Painel 4 – Formação Humana: Gênero, sexualidade e questões étnico-raciais.*

14h50 *Painel 5 – Acesso à educação pública e permanência estudantil.*

15h10 *Painel 6 – Políticas públicas e educação do campo.*

15h30 *Apresentação e Defesa dos textos.*

16h às 18h *Discussão e apresentação das propostas dos GT*

20h *Atividade Cultural.*

10/04

09h *Plenária Final.*

Texto 1

EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO, AUTONOMIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Contribuições da Corrente Proletária na Educação/Partido Operário Revolucionário ao Encontro Estadual de Educação

1. O Governo Federal, assim como os estaduais, desconsidera cotidianamente a autonomia universitária, por meio da criação de mecanismos externos de avaliação. Tenta criar o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES), pressiona a adesão a projetos privatistas e sucateadores, condicionando a liberação de verbas à aceitação do aprofundamento da política de destruição do ensino superior. A avaliação das universidades promovida pelo Governo Federal, por meio do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) é mais uma violação da autonomia universitária. É importante travar a luta contra o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que o compõe. A prova aplicada compulsoriamente aos estudantes de graduação de todo o país, é apresentada como instrumento para melhorar a “qualidade” dos cursos, mas não passa de um mecanismo para legitimar a orientação privatizante do Estado, pois trata igualmente universidades e empresas que vendem diplomas. Ao mesmo tempo, rebaixa as universidades a disputarem a melhor posição no ranking. Com o pretexto de monitorar o rendimento dos cursos superiores, o governo ameaça os que estão fora da “média” com fechamento e até bloqueio temporário de seus vestibulares.

2. A avaliação das universidades promovida pelo Governo Federal, por meio do SINAES é mais uma violação da autonomia universitária. É importante travar a luta contra o Enade, que o compõe. A prova, aplicada compulsoriamente aos estudantes de graduação de todo o país, é apresentada como instrumento para melhorar a “qualidade” dos cursos, mas não passa de um mecanismo para legitimar a orientação privatizante do Estado, pois trata igualmente universidades e empresas que vendem diplomas, como se fossem a mesma coisa. Ao mesmo tempo, leva as universidades a disputarem o mesmo troféu, uma boa nota para ficar bem ranqueadas, deturpando a sua finalidade. Com o pretexto de monitorar o rendimento dos cursos superiores, o governo ameaça os que estão fora da “média” com fechamento e até bloqueio temporário de seus vestibulares.

3. Quem pode avaliar a universidade é quem faz parte do processo de educação. Certamente as divisões de classes da sociedade capitalista e as diferenciações sociais se refletem no interior da universidade. Uma das consequências é o fato da maioria explorada e oprimida ser ultraminoria na composição social do ensino superior. Para a burguesia e seus serviçais, isso se deve tão somente à qualificação. Assim, chegam às universidades os melhores, os que mais estudam. Essa farsa deve ser desmascarada diuturnamente, mediante a defesa o ingresso universal, fim dos vestibulares e garantias de estudo aos jovens pobres. Não há atalhos que coloquem a universidade a serviço dos trabalhadores, sem que eles possam estar no interior da universidade, estudando e decidindo seus rumos. O que implica também o controle dos meios de produção pelos assalariados, sem o que não será possível realizar a unidade real entre a teoria e a prática social.

4. É parte das medidas do governo no ensino básico a imposição das avaliações (Saeb, Prova Brasil, Enem, Ideb, Provinha Brasil). De fora para dentro, o governo organiza as provas e mede os resultados. Essas provas nada avaliam. Só servem para o governo esconder sua responsabilidade de destruição das condições de ensino. O que pode melhorar a educação é o ensino passar para o controle dos

trabalhadores, ampliar as verbas para a educação, reduzir a jornada de trabalho dos professores, acabar com a superlotação das salas, criar escolas e ligar a educação ao trabalho. O movimento estudantil e os trabalhadores em educação devem se organizar para rejeitar os provões e lutar por um programa de defesa da escola pública.

5. A universidade, sob o capitalismo, corresponde aos interesses da classe dominante e de seus governos que a controlam por meio da burocracia, constituída por uma casta docente que expressa a ingerência do Estado burguês dentro da universidade. Sob o poder dela, não é possível ter autonomia frente ao Estado e ao poder econômico. Quanto à universidade privada, é garantida a autonomia da propriedade. A burocracia acadêmica é parte da estrutura empresarial. Portanto, aplica as normas repressivas ditadas pelos capitalistas ou pela igreja. A autonomia universitária será uma conquista do movimento dos que estudam e trabalham, quando derrubarem a casta burocrática, subserviente à burguesia, com controle coletivo da universidade, e constituírem um governo tripartite (estudantes, funcionários e professores), subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal e mandatos revogáveis.

6. A bandeira de governo tripartite, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal e mandatos revogáveis foi adotada pelo movimento estudantil da USP, ainda que por pouco tempo, em 2013, por responder ao problema concreto do reitorado. A Corrente Proletária na Educação tem defendido esta bandeira no movimento docente nacional. Contra a bandeira proletária, erguem-se as bandeiras democratizantes que correspondem às ilusões pequeno-burguesas de se apoiar nas disputas interburocráticas para ampliar sua participação na estrutura de poder, a reformando e levando à conciliação de classes. As bandeiras democráticas devem estar articuladas à luta pela superação da atual estrutura de poder das universidades, por isso devem estar ligadas à necessidade de destruição do capitalismo em decomposição, característica geral de sua etapa imperialista. A crise estrutural impõe que a burguesia deforme a educação explorando-a como negócio. Está na categoria de serviços. A lucratividade do setor empurra-o à concentração monopolista e à desnacionalização.

7. A necessidade da burguesia, por meio de seu Estado e das burocracias universitárias que encarnam sua política, avançar na destruição de direitos e acentuarem a mercantilização da saúde, educação e previdência social impõe o aumento da repressão judicial e policial aos movimentos sociais. Nas universidades, a repressão política é um ataque à escola pública e ao direito de todos à educação. É um ataque às bandeiras e métodos de luta. É preciso combater os ataques ao direito de greve, que se generalizam em todos os setores que se colocam em luta. Além das pesadas multas, há a interferência da justiça obrigando a manutenção do funcionamento de serviços em percentuais que na prática impedem a paralisação dos trabalhadores em defesa de seus direitos.

8. A ofensiva repressiva que os governos têm despejado sobre os movimentos sociais recai também sobre as universidades e escolas, ainda que diferenciadamente. Os administradores em diversos níveis, agentes da burguesia e dos governos, usam as sindicâncias, processos e expulsões/demissões como meios de impor pelo terror as medidas que correspondem às políticas privatistas e de precarização do ensino, e proteger suas falcaturas de corrupção e favorecimento privado de denúncias e de movimentos que se contraponham a eles. A juventude e os trabalhadores da educação são reprimidos dentro e fora da escola/universidade, sendo vítimas do Estado policial, tendo as mínimas liberdades democráticas suprimidas e sofrendo com as prisões arbitrárias, processos e condenações políticos. A defesa das reivindicações mais sentidas se liga à luta em defesa das liberdades

democráticas elementares, do direito de se mobilizar pelas reivindicações mais sentidas. Ressalta-se a necessidade da unidade geral dos movimentos contra a repressão que se instala no país e particularmente sobre a juventude e os trabalhadores. Não se pode falar em democracia de forma consequente sem levar a fundo a luta contra a repressão.

9. Referente ao ensino básico, sabemos que os destinos das escolas estão sob controle da direção escolar e, muito secundariamente, nas mãos de professores, funcionários e estudantes. Fica evidente que o problema da democracia escolar, isto é, o direito de que a maioria tenha o real controle sobre o ensino, ao invés de uma minoria burocrática, distante e atrelado ao governo, passa pela constituição e defesa da Assembleia Escolar, a livre reunião da comunidade escolar para tomar em suas mãos os problemas existentes e aprovar as soluções, de acordo com as necessidades reais da educação. Implica, por outro lado, o direito dos estudantes à organização de grêmios livres, democráticos e combativos.

Propostas:

1. Rechaçar todos programas de avaliação externa, por serem antiautonomistas. Intensificar a campanha pelo boicote ao Enade. A avaliação deve ser feita pelos que estudam e trabalham, como parte da luta pela destruição da burocracia universitária e controle coletivo da escola pelos que estudam e trabalham.
2. Lutar pela autonomia como autogoverno da comunidade universitária. Coloca-se pela destruição da burocracia universitária e constituição de um governo tripartite, de estudantes, professores e funcionários, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal e mandatos revogáveis.
3. Promover uma campanha permanente contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. Trabalhar pela constituição de Comitês Locais, Estaduais e Nacional contra a Repressão, lutando pelo fim dos processos políticos dentro e fora das universidades, readmissão de sindicalistas demitidos e expulsão da PM das universidades.
4. Lutar pela mais completa liberdade de ensino científico, de crítica e de manifestação e organização políticas. Nenhuma interferência do Estado, das igrejas e do empresariado nos planos, conteúdos e métodos de ensino.
5. Defender a liberdade de organização, expressão e greve de professores e estudantes tanto da educação básica quanto de ensino superior.
6. Pela soberania da Assembleia Escolar e livre reunião da comunidade escolar para discutir e decidir sobre os problemas que afetam a educação.
7. Direito dos estudantes à organização de grêmios livres, democráticos e combativos.

Texto 2

EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO, AUTONOMIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Edson do Espírito Santo Filho – ADUFS

O tema da avaliação, autonomia e da gestão democrática vem sendo recorrente nas políticas governamentais, quer seja como forma de anunciar uma suposta participação da comunidade escolar, ou ainda, como premissa para assegurar um padrão de qualidade na educação. Os temas ora apontados se colocaram como pautas históricas de reivindicações dos/as lutadores/as da educação. No entanto, enquanto que a avaliação e gestão democrática se colocam como prerrogativas de controle político e social voltado para a educação do capital, o tema da autonomia esvazia-se de sentido, principalmente no contexto em que se encontram as Universidades Públicas, atacadas no conjunto dos seus trabalhadores, com a intensificação do processo de terceirização/privatização e das dificuldades de administração dos seus poucos recursos orçamentários.

O Plano Nacional de Educação (PNE) intensificou o papel da avaliação como centralizadora dos indicadores de aprendizagem. Por outro lado, a avaliação de larga escala ganhou a condição de determinante no acesso ao ensino superior (a exemplo do ENEM), promovendo a deturpação do processo de qualificação profissional, classificação de Instituições com enfoque voltado para as necessidades do mercado (tais como o ENADE), como também na criação do ideário de busca pela qualidade na educação básica (Provinha/Prova Brasil e IDEB). Os seus impactos podem ser sentidos na carreira docente, na reforma dos currículos – cada vez voltados para resultados e esvaziamento das dimensões políticas, sociais, culturais, filosóficas, científica, artística - e na individualização do processo de ensino e aprendizagem. Enquanto os movimentos de luta atrelaram a melhoria da educação às condições de trabalho e estudo, o que se percebe no momento atual é o avanço do discurso no qual relaciona a qualidade como diretamente proporcional à responsabilização do trabalho dos professores e diretores.

Ainda percebe-se no PNE que suas metas e estratégias culminam para um meticuloso sistema nacional de avaliação, que aponta desde a necessidade de mensurar a qualidade de aprendizado dos estudantes da educação infantil ao ensino superior, até o fortalecimento do sistema de classificação das instituições escolares e universidades por suas notas no IDEB e ENADE, com a exposição pública destes resultados. Também é aspecto característico no PNE em curso, a interferência nos currículos dos cursos de licenciatura.

No plano da organização política dos trabalhadores, a avaliação camuflada na realização de exames de certificação e incentivo na participação de cursos como condição para melhorias na carreira dos profissionais da educação, assume a tarefa de alteração do foco da luta sindical, fragmentando gradativamente a busca pela isonomia nas conquistas de direitos, para a dimensão da meritocracia através do sistema de bonificação para práticas inovadoras, avaliação dos diretores por critérios técnicos e até da possibilidade de ingresso na carreira do magistério e melhorias salariais através da prova nacional do magistério.

O que se encontra em curso é a tentativa de justificar o fracasso da educação brasileira como responsabilidade dos professores, diretores, ou ainda, do esforço dos estudantes. A insistência em avaliações padronizadas e de caráter tecnicista implica em considerar as condições das instituições de ensino como uniformes. Os impactos destas no interior das instituições escolares e universitárias podem ser constatadas na valorização do produto extraído dos exames pela ocultação do processo ensino e aprendizagem.

No âmbito da gestão democrática, esta implica a participação ativa dos sujeitos que constituem as escolas e universidades. A criação de Grêmios Estudantis, conselhos escolares, eleição de diretores pela comunidade escolar e participação das decisões relacionadas à construção de uma democracia participativa vem sendo ameaçada nos Municípios pela indicação de diretores, muitas vezes motivados por critérios de alinhamento político com a atual gestão. Por outro lado, percebe-se uma invasão de setores do empresariado, arrogando-se como representantes da sociedade civil, muitas vezes ocupando a lacuna deixada pela ausência de um sólido projeto político-pedagógico das escolas, quando estas assumem esta tarefa por meio da apresentação de projetos escolares. A inserção orgânica dos reformadores empresariais se constitui desde a introdução do voluntariado na escola, interferência no conteúdo a ser ensinado pelos componentes curriculares, como também em projetos realizados com a parceria do Executivo Municipal e Estadual.

No ensino superior, a Gestão Democrática deve estar atrelada ao cumprimento do Artigo 207 da Constituição Federal que aponta a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. No entanto, Decretos de contingenciamento de recursos, interferências diretas da administração pública estadual em decisões relacionadas à promoção e progressão na carreira dos servidores, permanência estudantil, demissões de trabalhadores terceirizados vem provocando um ataque ao tripé ensino-pesquisa-extensão, alterações nos planos de cargos e salários, além de constringer a expansão universitária e na sua capacidade de realização de concursos públicos, realização de obras e na impossibilidade de criação de novos cursos de graduação e pós-graduação.

Os relatos apresentados ao longo das reuniões e debates realizados pelo Comitê Estadual em Defesa da Educação Pública apontam um cenário problemático:

- a) interferência de políticos, ou ainda, atrelamento de recursos financeiros condicionados à execução de projetos estruturantes do governo do Estado;
- b) tentativa de assegurar por meio de termo de compromisso a responsabilidade de diretores na Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana para estabelecer parcerias com entes privados em obras de infraestrutura da escola;
- c) tentativa de inclusão do ENADE como integrante dos currículos dos cursos de graduação nas Universidades Estaduais;
- d) a luta pela conclusão (UEFS) e início dos Processos Estatuintes nas Universidades Estaduais;
- e) aquisição de material da empresa Alfa&Beto na Rede Municipal de Salvador desconsiderando a construção da proposta pedagógica das escolas;

f) construção de Planos Municipais de Educação na região sul do Estado da Bahia em Parceria UESC e Instituto Natura, desconsiderando o papel de instituições políticas e dos Fóruns estabelecidos nesta região constituídos por profissionais da Educação;

g) dificuldades que a comunidade escolar tem no exercício da tomada de decisões coletivas acerca do rumo da escola e ausência de eleição para Diretores no município de Conceição da Feira;

h) Limites encontrados na consolidação do Orçamento Participativo nas Universidades Estaduais, frente à redução dos recursos de manutenção custeio e investimento nos últimos anos e aos Decretos de Contingenciamento implantadas de forma verticalizada às Universidades;

i) Dificuldades de mobilização do segmento estudantil através dos Grêmios Estudantis.

j) perseguição aos trabalhadores dos Institutos Federais no Estado da Bahia com a implantação do ponto eletrônico sem uma discussão aprofundada com os principais impactados;

Diante do cenário apresentado apontamos as seguintes proposições para a sua discussão e aprovação no Encontro Estadual Preparatório ao II ENE:

Propostas:

1. Defesa da avaliação mediado por critérios que envolvam condições de trabalho e estudo a ser construído no interior das escolas e universidades, e não como uma imposição dos Executivos Municipais, Estaduais e Federais.

2. Luta pela construção do Conselho do Orçamento Participativo nas Universidades Estaduais e Federais atrelando a sua constituição à tarefa de realizar um debate político entre a escolha de prioridades com a perspectiva de aumento significativo dos recursos orçamentários.

3. Fortalecimento por meio do Comitê Estadual em Defesa da Educação Pública do debate nas escolas públicas municipais e estaduais sobre a criação dos Grêmios Estudantis, com o envolvimento na formação política dos estudantes da educação básica.

4. Construção do Fórum de Diretores como forma de lutar contra as interferências dos Executivos Municipais e Estadual na gestão da escola pública.

5. Defesa do padrão unitário de qualidade nas escolas e universidades.

6. Combater as diversas formas de intervenção do empresarial na gestão das instituições públicas de educação.

7. Fortalecimento das Assembleias Gerais Universitárias como espaço de discussão e deliberação política expressivo da comunidade universitária, composta por professores, estudantes, servidores técnicos e trabalhadores terceirizados, que sejam capazes de responder à problemática da crise orçamentária.

8. Lutar contra a implantação enquanto política de formação de professores a inclusão do ENADE e outras avaliações de larga escala nos currículos de graduação e pós-graduação.

Texto 3

FINANCIAMENTO, PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Contribuições da Corrente Proletária na Educação/Partido Operário Revolucionário ao Encontro Estadual de Educação

1. A crise mundial do capitalismo tem sido descarregada sobre os trabalhadores e demais explorados. Os governos aplicam medidas que representam a destruição de direitos e conquistas históricas com o objetivo de socorrer os capitalistas e manter em dia os pagamentos de juros e amortizações das dívidas internas e externas. No Brasil, já se sente o peso do crescimento da inflação e da taxa de juros, o aumento do custo de vida, rebaixamento dos salários, desemprego e subemprego, cortes orçamentários e destruição de direitos sociais.

2. A crise da educação é parte da crise do capitalismo e se potencia com o seu desenvolvimento. Apesar da propaganda governamental de que é preciso tornar a escola mais atrativa e de que é necessário avançar na educação, o que se observa é a persistência de problemas educacionais históricos como o analfabetismo, a evasão escolar, precarização das instalações, falta de professores e de condições de ensino, trabalho e estudo, entre tantos. Os governos procuram respostas no interior da escola e jogam o peso da crise nos trabalhadores da educação. Os reformistas, por sua vez, encontram no aumento do percentual de financiamento da educação isoladamente a saída redentora de todos os males da educação. Mesmo sem enfrentar a essência da crise da educação, a reivindicação das organizações sindicais e estudantis de 10% do PIB para a Educação deve ser acompanhada pela luta para que o governo aplique este montante integral e imediatamente. Não se deve aceitar a manobra governamental exposta na gradação do PNE e na não aplicabilidade. A luta por mais verbas para a educação, porém, deve estar vinculada à luta contra a desnacionalização do ensino e o avanço da mercantilização, via coexistência pacífica entre ensino público e privado. Não é possível transformar a educação atual sem lutar decisivamente pela destruição do capitalismo.

3. As frações da burguesia, por meio dos conflitos em torno do orçamento da União, Estados e municípios, pressionam o Estado, os governos e o legislativo, a fazerem a distribuição dos recursos de acordo com a situação econômica e os interesses dos setores econômicos mais importantes (industriais, comerciais, bancários, financeiros). A Constituição atual prevê os percentuais de 18% do governo federal, 25% de estados e municípios, relativos a impostos e transferências, a serem aplicados à educação, o que, em termos orçamentários, correspondem a pouco mais de 3%. O orçamento federal de 2014 prevê 3,49%, para a educação e 42,04% para pagamento de juros e amortizações da dívida pública. O reformismo e o estalinismo, à frente das entidades sindicais e estudantis, colocaram-se desde o início dos governos petistas em clara colaboração com o governo federal. Não foi diferente quanto à proposta governamental do PNE. Além de manter a coexistência do ensino público e privado e proteger o direito de propriedade privada dos capitalistas do ensino, a desnacionalização e o avanço da mercantilização da educação, o PNE prevê ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto - PIB do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio. O que equivale a dizer que a educação pública continuará em processo de desagregação, tendo em vista que as bases fundamentais da coexistência do ensino privado em detrimento do público estão garantidas no PNE.

4. Os recursos para a educação básica são irrisórios, e se baseiam no custo aluno estabelecido pelo cálculo de gasto por matrícula do ensino fundamental e médio. O governo Lula, seguido pelo governo Dilma (PT), deu maior abrangência à política de fundos, substituindo o Fundef pelo Fundeb, mantendo a mesma diretriz do governo FHC. O percentual de recursos destinados à educação não tem se alterado substancialmente e grande parte se perde no caminho do tesouro até as escolas e universidades públicas com desvios e corrupção. Sem falarmos dos corriqueiros desvios do dinheiro do Fundeb para outros fins e da soma destinada ao setor privado. A política de fundos determina os baixos salários e as péssimas condições de trabalho e estudo de professores, trabalhadores da educação e estudantes.

5. A luta pelo financiamento da educação pública deve se articular com a luta contra o ensino privado, pela expropriação sem indenização do ensino privado, sob o controle de quem estuda e trabalha. A defesa do controle da educação pelos trabalhadores e estudantes permite determinar o valor necessário para o custeio de toda a educação.

6. A busca de novos campos para valorização do capital é uma necessidade imanente ao capitalismo. A causa desse fenômeno se encontra na lei da queda tendencial da taxa de lucro, que obriga os capitalistas a procurar novos setores ainda “não ocupados” por outros capitais. A crise econômica mundial tem também impulsiona a transformação dos direitos sociais em mercadoria, justamente a parte que pode servir para valorizar o capital. Ao se tornarem mercadorias, manifesta-se a tendência de concentração por meio das aquisições e fusões.

7. A coexistência entre ensino público e privado foi mantida na Constituição de 1988. A LDB de 1996 atendeu às diretrizes do imperialismo para a Educação na América Latina, Ásia e Caribe, explicitada nos documentos do Banco Mundial e no Acordo Multilateral sobre Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio, de 1995, que regulou a venda de serviços, dentre eles a educação, como qualquer outra mercadoria. Por esta lógica, o financiamento público é visto como um subsídio que prejudica a livre concorrência. O governo de Lula (PT) intensificou o favorecimento do privado sob o manto da “expansão”, “democratização” e “inclusão”, com o “Programa Universidade para Todos” (ProUni) criado em 2004. Estendeu os benefícios fiscais das filantrópicas a todas as instituições privadas, comprando as vagas ociosas. Com o Reuni, “reestruturou” as instituições de ensino, reduzindo relativamente o financiamento, defendendo as parcerias público-privadas e incentivando o uso das fundações de direito privado para ampliar o financiamento não estatal das universidades. Fez parte da Reforma Universitária de Lula a criação da Universidade Aberta (UAB), com o Ensino a Distância. Entre 2007 e 2013, as matrículas de cursos via EaD nas Universidades Federais cresceu 224%, contra 60% das presenciais. Desenha-se uma nova expansão que terá como prioridade novas vagas no ensino a distância, sobretudo para áreas tecnológicas e licenciaturas. A política educacional do governo de Dilma ampliou o favorecimento ao setor privado com o PRONATEC, beneficiando o Sistema S; e a extensão do FIES à pós-graduação.

8. Dentro das Instituições Públicas de ensino superior a privatização se dá principalmente via Fundações de “Apoio” (de Direito Privado). Criadas na década de 1970 com o pretexto de contornar a falta de autonomia das instituições e desburocratizar a aquisição de equipamentos e contratações, as Fundações parasitam as instituições públicas, usando suas “marcas”, estrutura física e recursos humanos para ofertar cursos pagos, consultorias, assessorias e fazer negócios de toda natureza. São legalmente consideradas sem fins lucrativos, portanto isentas de impostos. Grande parte de seus

negócios, até mesmo com órgãos públicos, dispensam licitações e, do que é arrecadado, quase nada é repassado para as universidades. As Fundações usam o discurso da autonomia, porém são a sua negação. Expressam a subordinação da universidade aos interesses mercadológicos. A burocracia universitária em geral está fundida às fundações, as integra e incentiva. O Estado faz vistas grossas para a existência inconstitucional das Fundações e suas falcatruas, mas aos poucos as “legaliza”. Os Ministros da Educação são os primeiros a dizer que as Fundações tornaram-se imprescindíveis. Uma nova ameaça privatista é a contratação de docentes terceirizados, via Organizações Sociais. Medida já amparada no julgamento do STF de que as OSs são constitucionais e podem gerir áreas de saúde, educação, cultura, meio ambiente, saúde, dentre outras.

10. A criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) é mais um avanço da privatização, no caso sobre os Hospitais Universitários (HUs) existentes no país. Esta empresa pública, de direito privado, foi criada no apagar das luzes do governo Lula e consolidada com o governo de Dilma. Hoje já assinou contrato com 31, dos 50HUs, acumulando denúncias sobre o desperdício de recursos, ataque aos trabalhadores e às condições de ensino. A luta pela destruição desta empresa deve continuar no próximo período.

11. Além de lucrarem com as altas mensalidades, elaboração de materiais didáticos, avaliações institucionais e formação de professores, os setores privados de educação procuram se beneficiar com os financiamentos daqueles que foram alijados de seu direito à educação pública e gratuita e não conseguem pagar por sua educação. São várias instituições financeiras com linhas de crédito e financiamento. Segundo dados do Censo da Educação de 2009, 30% dos estudantes das privadas recebem bolsas, dos quais 82% (mais de um milhão) em programas reembolsáveis. Dentre os reembolsáveis, 64% financiam seus estudos via FIES (Governo Federal). O Fies foi criado em 1999, só em 2013, foram assinados mais de 500 mil novos contratos. A inovação do MEC, agora, é o FIES para a pós-graduação, mais uma exigência do setor privado atendida.

13. Na era dos monopólios, as faculdades de pequeno porte tendem a falir ou serem compradas pelas maiores. E entre os grupos das maiores, a tendência é a das fusões. Estima-se que em poucos anos os 20 maiores grupos educacionais, dentre as mais de duas mil instituições existentes, detenham 70% das matrículas. Contribui para isto a entrada do capital financeiro por meio das ações na bolsa de valores. A entrada dos fundos de investimentos veio acompanhada de medidas para “racionalizar” e “profissionalizar” a gestão do ensino superior privado, levando a cortes de gastos, intensificação da exploração sobre os docentes e outras medidas para maximizar os lucros. A Anhembí-Morumbi foi a precursora neste caminho ao ser adquirida em 2005 pelo grupo americano Laureate. Entre 2011 e 2013, o setor privado de ensino obteve um aumento de 30% do faturamento, chegando a R\$32 bilhões. A nacional Anhanguera fundiu com a americana Kroton, resultando no maior grupo educacional do mundo, com mais de um milhão de alunos, 2.000 cursos de graduação e avaliado em 12 bilhões de reais. O crescimento dos capitalistas da educação ocorre sob medidas de incentivo do Estado burguês, por meio do PROUNI, FIES e anistia de dívidas como o PROIES. De um total de 6,7 milhões de estudantes universitários no Brasil, 73,7% estão nas instituições privadas e 26,3% estão nas públicas.

14. Na Educação básica a privatização e o capital estrangeiro também ganham espaço. Em 2010, a britânica Pearson, conhecida como o maior grupo editorial do mundo (dona do The Economist) assumiu o controle do Sistema Educacional Brasileiro (SEB), proprietário do COC, Pueri Domus e Dom Bosco. O SEB entrou na bolsa de valores em 2007, o que permitiu mais aquisições ao longo do

país. Também em 2010 a Abril Educação comprou o Anglo e foi comprada um mês depois pelo fundo BR Investimentos, numa transação na faixa de R\$ 200 milhões. Os maiores grupos educacionais do país são o Objetivo, Positivo e SEB, estima-se que detenham 20% das matrículas do ensino fundamental e médio da rede privada. Paralelamente às fusões e aquisições, fortalece-se a via das franquias educacionais.

15. Como as vagas privadas não crescem na mesma velocidade na educação básica, os grupos capitalistas passam a oferecer outros serviços, tentando entrar pela porta dos fundos no nicho ocupado pela educação pública. Os chamados “sistemas estruturados de ensino” (apostilas e consultorias) passaram a ser vendidos para as redes municipais, com a cumplicidade de prefeituras que abrem mão do recebimento gratuito dos livros didáticos do MEC. Criam-se mecanismos para que a propriedade da educação permaneça estatal enquanto o setor privado define diretamente a gestão e o conteúdo, por meio de seus pacotes com materiais didáticos, portais educacionais e avaliação e capacitação de professores e gestores, restringindo ainda mais a autonomia e democracia nestes espaços. Cresce o número de escolas geridas por Organizações Sociais.

16. A desnacionalização e oligopolização da educação são consequências de sua transformação em mercadoria. As campanhas do PCdoB pela limitação da presença do capital estrangeiro a 10%, além de inócuas, terminam por justificar a presença do capital estrangeiro na educação, “desde que limitado a 10%”, ou seja, revelam sua postura pró-imperialista. Por outro lado, são demagógicas as propostas do PSol e PSTU de nenhum capital estrangeiro na educação, pois sem defender a expropriação sem indenização de toda rede privada e a constituição do sistema único estatal, não há defesa efetiva do ensino público. O Estado burguês estimula a aplicação do capital no negócio do ensino. Cria linhas de crédito do BNDES para socorrer alguns capitalistas, compra vagas, isenta impostos, e, principalmente, estrangula as instituições públicas. A crise na Gama Filho e UniverCidade, em 2014, no Rio de Janeiro expressou os efeitos da privatização e desnacionalização. Corretamente a ANEL e ANDES defenderam e aprovaram resoluções em defesa da estatização, sem indenização e que as mantenedoras arquem com os passivos trabalhistas e demais dívidas. A tarefa, agora, é colocá-la em prática, generalizando a bandeira para todo o sistema privado de ensino.

17. A privatização e desnacionalização, ao contrário de elevar a formação cultural, profissional e doutrinária da juventude a degradam e massificam, reduzindo ao mínimo de conhecimentos e habilidades imediatamente valorizados pelo “mercado”. Com o ensino a distância, então, essa tendência é levada ao extremo, esvaziando-se completamente a ideia da educação ser um processo de apropriação da herança acumulada pela humanidade pelas novas gerações de modo a continuar desenvolvendo as forças produtivas. Pelo contrário, mediante a privatização a tendência à desqualificação da força de trabalho se impõe sem nenhuma restrição. Para defender efetivamente o ensino público e gratuito e o direito democrático de educação para todos, o ENE deve aprovar como eixo central a luta pela expropriação de toda a rede privada de ensino, sob o controle dos que estudam e trabalham.

Propostas:

1. Defender um plano de financiamento elaborado pelos estudantes e trabalhadores da educação. Que se convoque um congresso de educação, formado por delegados em todo o país, eleitos nas bases escolares, para estabelecer o montante necessário para financiar integralmente o ensino único, público, gratuito em todos os níveis.
2. Exigir que cessem imediatamente os subsídios e os financiamentos ao ensino privado. Que todas as dívidas dos estudantes sejam canceladas e o montante pago devolvido; que todos os estudantes do Prouni e do programa FIES sejam transferidos para a rede pública, mediante expropriação da rede privada.
3. Que o governo aplique imediata e integralmente os 10% do PIB para a educação.
4. Rechaçar integralmente o PNE por ser privatista e mercantilista; por consolidar a coexistência do ensino privado com o público e por não corresponder às transformações democráticas e científicas pelas quais deve passar o sistema educacional brasileiro.
5. Aprovar como eixo central a campanha pela estatização, sem indenização, do sistema privado de ensino e constituição de um único sistema público, gratuito, vinculado à produção social e controlado por quem estuda e trabalha.
6. Condenar o ensino a distância, por levar à destruição do ensino como processo social, por favorecer a mercantilização e servir à desnacionalização. Pela revogação de toda legislação que implanta o ensino a distância e expropriação das empresas que o exploram.
7. Combater a privatização dos Hospitais Universitários por meio da não adesão das universidades à EBSEH; rompimento dos contratos já firmados e extinção da empresa.
8. Combater a privatização interna das universidades com fim de todas as taxas, mensalidades e extinção das fundações de direito privado.
9. Rejeitar a contratação de professores universitários terceirizados, seja via Organizações Sociais ou outros mecanismos.

Texto 4

PNE DO GOVERNO FEDERAL: TUDO PELA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia ADUSB – Sessão sindical do ANDES-SN

O PNE, aprovado no Congresso Nacional em 6 de junho de 2014 e sancionado pela presidente da República, formaliza o uso de políticas mercantis, já em curso, para educação, além de propor o uso de outras políticas que intensificam o processo de mercantilização e massificação da educação em detrimento da universalização e da educação emancipatória¹.

A união (governo federal) nunca teve grandes atribuições quanto ao financiamento da educação pública no Brasil. Mesmo a Constituição Federal (CF) de 1988, considerada como a “Constituição Cidadã”, atribui ao governo federal responsabilidade suplementar. Diz a Constituição que cabe a união aplicar da receita líquida de impostos para o desenvolvimento e manutenção do ensino, anualmente, no mínimo 18%, e os Estados e municípios, no mínimo, 25%, da receita líquida resultante de impostos. Podendo o ensino fundamental e programas suplementares de alimentação e assistência à saúde virem a ser financiados por recursos oriundos de contribuições sociais (como o salário-educação) e outros recursos orçamentários (Cf. CF de 1988 e Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

Desse modo, de acordo com a CF de 1988, apenas sob a receita de impostos é aplicado um percentual mínimo, fazendo com que a educação pública não seja tratada com prioridade, uma vez que a receita líquida de impostos do governo federal não é a rubrica mais representativa do orçamento da união.

Diante da insuficiência de recursos provenientes da união para o financiamento da educação pública estatal e da falta de vontade política, o Plano Nacional de Educação da *Sociedade Brasileira* em 1997² propunha o percentual de 10% do PIB para a educação pública, bandeira essa empunhada até o momento. Apesar do PNE do governo, aprovado em junho de 2014, afirmar como base de rateio o PIB para o financiamento da educação, o mesmo só prever atingir os 10% ao final de uma década. Além disso, define que o financiamento não seja exclusivo para educação pública estatal. Fica explícito que a pátria só é educadora para o capital, considerando que as políticas públicas no setor visam prioritariamente atender os interesses e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, em especial, dos grupos nacionais e internacionais como a UNIP, o Sistema Anhanguera, Kroton, entre outros.

As armadilhas do PNE do governo não estão essencialmente nas metas e sim nas estratégias correspondentes para alcançá-las.

¹Entende-se por universalização da educação o processo que assegure a população o acesso ao ensino público estatal, no mínimo, aos padrões de qualidade vigentes, tendo como meta a busca da excelência no processo de construção e formação humana, especialmente nos aspectos de desenvolvimento intelectual, cultural, técnico, espiritual e cidadã. Já o processo de massificação da educação escolar e universitária se dá por meio do processo de expansão do ensino para atender as estatísticas eleitoreiras, compromissos formais, as demandas do capital via mercado de trabalho e a certificação.

² PNE elaborado por sindicatos de trabalhadores e organizações da sociedade civil.

Embora várias metas sejam merecedoras de críticas por visarem a formação técnica aligeirada do exército industrial de reserva (EIR), muito comum em países da periferia ou “em desenvolvimento”, e a produção de estatísticas favoráveis ao governo via número de matrículas, conclusões de estudos e certificações. Por exemplo, as metas 8, 9, 10 e 11, mas não só, revelam a concepção de educação pública dos capitalistas. Já nas estratégias fica explícito que o projeto do capital se concretiza ao permitir que o financiamento público da educação esteja a serviço do processo de formação aligeirada, intensificação da mercantilização e da privatização da educação no Brasil.

Com relação às estratégias, também merecem destaques os seguintes aspectos: parte dos recursos destinados à educação será apropriada pela rede privada de ensino, via transferência direta, estimulando a mercantilização. Desse modo, retira-se a obrigação do Estado como agente promotor da educação pública. Nesse sentido, observa-se a ressignificação do setor público, abrindo um novo nicho de mercado, a prestação de serviços, para o setor público não-estatal.

Esse modelo é viabilizado por meio de programas do governo federal e das organizações sociais, como o ProUni, FIES, PONATEC, Sistema S (SESI, SENAI, SESC e SENAC), sindicatos, incluindo os sindicatos patronais, educação à distância e a compra de vagas nas escolas técnicas privadas, etc. Parte das metas e suas estratégias visam a massificação da educação, por meio de uma formação tecnicista e aligeirada dos trabalhadores, objetivando principalmente a formação do exército industrial de reserva para ser utilizado pelo capital em momentos de expansão da economia e, ao mesmo tempo, para pressionar os salários para baixo.

Assim, a forma de financiamento para educação prevista no PNE de 2014, além de alavancar o processo de privatização com uso de verba pública, também serve para intensificar o processo de mercantilização já em curso. E por que mercantilizar a educação? Porque os capitalistas a veem como um espaço para reprodução ampliada do capital e, no caso brasileiro, ainda pouco explorado, especialmente no ensino básico. Ao mercantilizar a educação, o objetivo maior dos capitais atuantes no setor será o lucro. Essa é a lei geral da acumulação e se sobrepõe a qualquer outro interesse ou finalidade. Desse modo, não é demais afirmar que o PNE 2014 corrobora para a transformação da educação num negócio.

No caso da educação superior, esta passa por um processo intenso de centralização de capital, via fusões e aquisições, e internacionalização. A entrada maciça de capital estrangeiro também traz outras consequências nefastas no trato ideológico da formação com, inclusive, o uso de manuais que atendem os interesses do império e do capital estrangeiro. As maiores instituições de ensino superior privado do Brasil são controladas por fundos privados americanos responsáveis pela Kroton, Laureate International, etc. O mercado de ensino superior privado quase dobrou o número de matrículas nos últimos oito anos, usando o erário público, e faturou mais 30 bilhões de reais só em 2013. Logo, o negócio é muito atrativo para os especuladores, investidores e financiadores de campanhas eleitorais.

Roberto Leher e o COLEMARX (2014), afirmam que “O capital está organizado no movimento Todos Pela Educação³ (TPE)[...]”, movimento esse que é o principal sujeito político da elaboração do PNE 2014. Continuam eles:

³ Empresários, altos dirigentes do MEC, INEP, IPEA, Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais, entre outros. (COLEMARX, 2014).

A missão da educação é formar recursos humanos de distintos tipos, difundir as “competências” desejadas pelo capital, empreender meios de controles finalísticos por meio de sistemas padronizados de educação que possibilitem *rankings*, remuneração por desempenho em nome de uma falsa “meritocracia”, a distribuição de recursos em conformidade com as metas alcançadas, a fetichização tecnológica e a diversificação das formas e itinerários educativos, distribuídos por classe e frações de classe, em contraponto com a escola unitária (COLEMARX, 2014).

O que está em disputa nesse momento é o projeto de educação pública no Brasil. Por um lado, avança o capital com a provação do PNE 2014 em detrimento dos interesses dos trabalhadores. Por outro lado, faz-se necessário intensificar a luta em defesa de um projeto de educação para os trabalhadores, que se fundamenta da educação pública, socialmente referenciada, estatal, gratuita, universal e emancipatória.

Mas não é só no PNE que o ataque à educação pública se manifesta, basta examinar as medidas adotadas pelo ajuste fiscal do governo Dilma que logo se percebe as várias frentes de luta para os trabalhadores. Visando assegurar superávit primário para o ano de 2015, o governo cortou mais de 10 bilhões de reais do orçamento da educação. O Ministério da Saúde sofreu um corte de mais de 11 bilhões de reais, ciência e tecnologia 1,8 bilhão reais, desenvolvimento agrário 1,8 bilhão, além de outros ministérios que também sofreram cortes.

Ao mesmo tempo o governo eleva a taxa Selic, fazendo com que os gastos com juros aumentem. Para ter uma ideia do que significa essa política, uma elevação de meio ponto percentual na taxa selic implica no aumento do gasto com juros na ordem de quase 20 bilhões. Assim, o governo corta verbas dos ministérios da educação, da saúde, entre outros, para assegurar os ganhos dos banqueiros, dos rentistas parasitários, em detrimento do investimento do dinheiro público no serviço público de qualidade para a classe trabalhadora que sustenta o Brasil com o seu trabalho e pagamento de impostos.

Considerando o avanço do processo de mercantilização da educação no Brasil e as deliberações congressuais do ANDES/SN sobre o tema, propõe-se:

Propostas:

1. Construir um plano de luta em defesa de 10% do PIB exclusivamente para a educação pública, estatal, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada;
2. Organizar atividades nas bases das entidades que compõem o Comitê em defesa da educação na Bahia para promover o debate sobre financiamento e universalização da educação emancipatória;
3. Articular ações para impedir a assinatura, por parte do Governo brasileiro, do *Trade in services greemente (TISA)*, que objetiva regulamentar a educação como serviço.

Texto 5

CONDIÇÕES DE TRABALHO E CARREIRA DAS E DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Contribuições da Corrente Proletária na Educação ao Encontro Estadual de Educação

1. A precarização do trabalho na educação é parte da destruição de direitos trabalhistas na atual fase do regime de exploração capitalista. Não há por que separar os ataques aos trabalhadores da educação em relação ao conjunto dos trabalhadores. Fenômenos como a terceirização, rebaixamento salarial, contratos por tempo determinado de serviço, aumento do trabalho e centralização burocrática tornaram-se recorrentes ao longo dos últimos anos. A particularidade que incide sobre os trabalhadores da educação determina apenas o maior grau de destruição dos sistemas de ensino, o que representa, por sua vez, uma maior destruição de um direito social, que é o de acesso à educação para toda a população.

2. Como parte da destruição do ensino, a precarização acentua-se na chamada era FHC e se mantém no governo Lula/Dilma. Com Fernando Henrique, a reforma da previdência de 1998 acaba com a aposentadoria especial de modo que cria dois mecanismos: a) substitui o tempo de serviço pelo de contribuição e b) institui o fator previdenciário, que diminui as aposentadorias quanto mais jovem for o trabalhador. Na prática, os 25 anos de aposentadoria para professor, por exemplo, foram combinados com a idade mínima, o que levou a um aumento do tempo de trabalho em sala de aula. Com a reforma da previdência de Lula, aos servidores públicos foi estabelecida a idade mínima, foram rebaixadas as pensões e acabou-se com a paridade e integralidade frente aos servidores da ativa. O governo Dilma editou a Lei 12.772/12, que cria a “nova carreira” do magistério federal, com perdas de direitos e imposição do Funpresp (Previdência Complementar). Recentemente, o Congresso Nacional aprovou a adesão compulsória dos servidores públicos federais ao Funpresp.

3. A terceirização atingiu redes de ensino público em todo o país. Os primeiros afetados foram os trabalhadores dos serviços de limpeza e merenda; empresas em todos os estados foram criadas para fornecer serviços aos governos municipais e estaduais. O resultado foi, de um lado, o abandono dos trabalhadores concursados, que amargaram arrocho salarial, destruição de direitos dos planos de carreira e enfraquecimento dos sindicatos; e, de outro, o rebaixamento do piso salarial para os terceirizados, nenhum vínculo com os governos como servidores e rotatividade de massa de trabalhadores. Casos de trabalhadores terceirizados que ficam meses sem receber são constantemente noticiados pela imprensa. Entre os professores, a precarização se dá via contratos temporários. Exercendo as mesmas funções que concursados, os contratados recebem salários menores, perdem direitos e são ameaçados de demissão. Para piorar a situação, a Câmara aprovou o PL 4330/04, que amplia a terceirização das chamadas atividades-meio para as atividades-fim.

4. Outro avanço da terceirização se dá com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), nas Universidades Federais. A empresa surgiu como resposta às contratações precárias nos HUs. A EBSERH acaba com o Regime Jurídico Único, quebra a estabilidade, transforma todos em celetistas e ainda abre a possibilidade de contratações temporárias, por prazos limitados. Os funcionários hoje contratados de forma temporária, porém, não podem ser jogados nas ruas, devem ser incorporados como servidores públicos e ter a estabilidade garantida.

6. Com a aprovação da Lei do Piso Salarial Nacional, criou-se a ilusão de que a precarização seria revertida por meio da política de “valorização do magistério”. Na verdade, as jornadas continuam estafantes, mesmo as poucas redes que diminuíram a jornada em sala de aula, aumentaram a carga de trabalho na escola e fora dela para os docentes. A exigência de formação “continuada” serve aos governos para impor as cartilhas de especialistas de educação vinculados ao ideário de organismos internacionais. Os salários, mesmo com a aplicação da Lei, mantêm-se miseráveis e determinam o trabalho em mais de uma rede. Estes continuam sendo fatores de precarização das condições de trabalho de todo magistério.

7. A aprovação do novo PNE, que terá validade até 2024, aumenta a ilusão da “valorização” do magistério por meio dos planos de carreira. Na prática, a elaboração dos PCCS para o magistério tem servido aos governos para retirar direitos. Reformulações e criação de planos a partir de aumento e controle das atividades docentes aparecem no horizonte como “melhoria” nos salários miseráveis dos professores. As burocracias sindicais governistas alimentam a ideia de que a reforma dos estatutos e planos do magistério podem tornar mais “atrativa a carreira”. O que de fato temos visto é o uso de critérios meritocráticos para estabelecer as bases dos Planos de Carreira. Por trás desses critérios, há aumento de trabalho, divisão da classe diante do governo/patrão, maior fiscalização e burocratização nas atividades pedagógicas e punição (até com demissão) dos trabalhadores que não se enquadrarem às avaliações cada vez mais frequentes.

8. Aliada a esses fatores mais recentes de destruição de direitos e precarização do trabalho, convive ainda nas escolas um conjunto de elementos que tornam as condições de ensino e trabalho insustentáveis. As salas permanecem lotadas, a infraestrutura das escolas se mantém decadente (milhares de escolas pelo país sequer contam com redes de esgoto ou luz) e a rotatividade de escolas continua sendo a realidade de milhões de trabalhadores da educação. Nas condições existentes, ligadas à estrutura educacional de um país atrasado e relacionadas às mudanças mais recentes nas legislações impostas pelos governos, a precarização só tende a se acentuar, levando a um embrutecimento maior de milhões de estudantes e mutilações também de milhões de trabalhadores da educação.

Propostas:

1. Defesa de Previdência e Seguridade Públicas. Pela derrubada da Reforma da Previdência! Derrubada da Lei 12.772/12 que acentua a precarização da carreira docente.
2. Que nenhum trabalhador seja demitido. Unir efetivos e terceirizados. Que os terceirizados sejam incorporados como servidores públicos, sem necessidade de concurso.
3. Aplicação imediata da Lei do Piso no que se refere à Jornada de 1/3 fora da sala (diminuição das aulas em todas as jornadas existentes).
4. Piso salarial de acordo com o salário mínimo vital e escala móvel de salários, com reajustes automáticos em relação à inflação.
5. Escala Móvel das Horas de trabalho, com divisão das horas de trabalho entre todos aptos a trabalhar, sem redução salarial.
6. Fim de todas as leis que precarizam o ensino, as condições de trabalho e destroem conquistas do magistério.

Texto 6

CONDIÇÕES DE TRABALHO E CARREIRA DOS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Contribuição da Secretaria Executiva Estadual da CSP-Conlutas/BA para o Encontro Estadual de Educação preparatório para o II ENE.

Vivemos um novo momento nos marcos da crise econômica internacional aberta em 2008. A previsão de crescimento da economia mundial é de 2,9% em 2016, contra 2,5% em 2015. Maior patamar desde 2011, mas ainda menor que a média das últimas décadas. É ainda um baixo crescimento e ainda não é possível falar de um novo ciclo de crescimento consistente nos EUA. Há uma queda na produtividade mundial. A economia chinesa segue desacelerando, enfrenta um processo de crises financeiras e fuga de capitais. O FMI afirma que a China hoje é o epicentro da crise econômica no mundo.

Essa situação afeta duramente a América Latina. A exceção do México, que deve crescer 3% e, em alguma medida o Peru e o Chile, que devem ter um pequeno crescimento, o restante dos países da América Latina enfrenta a estagnação econômica quando não diretamente a recessão – Esse é o caso do Brasil. A Argentina vive um salto inflacionário e a desvalorização do peso. A crise venezuelana se expressa em inflação descontrolada, alta dos combustíveis, em desabastecimento.

Essas crises econômicas são o pano de fundo da crise de governos que se pautaram pela colaboração de classes, que ascenderam depois de crises e processos de ascensão das lutas em nosso continente no início dos anos 2000. Estes governos, apoiando-se em um ciclo de crescimento econômico, tiveram como características realizar pequenas concessões a setores populares e cooptar as organizações dos trabalhadores, conseguindo desviar ou travar as mobilizações. Mas agora estão à cabeça da aplicação dos ajustes e por isso se enfrentam com o movimento de massas, com a classe trabalhadora, com a juventude e setores médios empobrecidos.

Os dados do Brasil são alarmantes: o decréscimo do PIB alcançou 4,5% no último ano, ultrapassando todas as previsões de queda. A inflação chegou aos 10,67% em 2015, a maior em 13 anos. A retração industrial, segundo dados do IBGE, alcançou 8,1%. O desemprego saltou de 6,8% em 2014 para 8,5% em 2015 e a previsão é que vá para 11,7% no início de 2016 e a 17% em 2017. A renda média das famílias teve queda de 8,7% em 11 trimestres, segundo o IBGE, maior do que a queda ocorrida nos anos 90/92, sob Collor. E a massa de rendimento real dos assalariados cai ininterruptamente desde 2013, segundo dados do IBGE. A dívida pública, devido à política de juros, pode chegar a 70% do PIB.

Nesse cenário, os/as trabalhadores/as, de uma forma geral e os trabalhadores/as em educação em particular, que não tem nenhuma culpa pela crise econômica em curso, tem sofrido violentos ataques, por parte dos governos, contra direitos conquistados com muita luta ao longo da história, como uma tentativa de recomposição das taxas de lucro do capital.

O PLC 030/2015, antigo PL 4330/2004 das terceirizações, tramita no Congresso Nacional e escancara a privatização, o que significa emprego de segunda categoria, com menos direitos. Os/as trabalhadores/as terceirizados/as recebem salários menores e trabalham mais horas semanais do que

os/as trabalhadores/as contratados diretamente. Os mais atingidos com as terceirizações são as mulheres, a população negra e LGBTs. No serviço público a terceirização mais os contratos temporários criam uma situação de grande vulnerabilidade social e econômica para os/as trabalhadores/as.

O aprofundamento da crise política e econômica e as constantes medidas de ajuste fiscal têm refletido no desmonte dos serviços públicos, em especial da educação. Os governos estaduais e municipais aprofundam de forma dramática o desmantelamento das redes de ensino público com projetos de reorganização e reestruturação do ensino, que representam o fechamento de escolas, de turmas, turnos e a demissão de trabalhadores/as. Em Minas Gerais a estimativa era de 50 mil e em São Paulo 80 mil demissões ao final de 2015. Além disso, em Estados como Goiás, o governador Pirillo-PSDB anunciou recentemente o fim dos concursos públicos, substituindo por contratação via Organização Social (OS), aumentando a precarização no serviço público.

Esses desmontes agravam ainda mais a situação dos/as profissionais da educação. Pesquisas apontam que os/as professores/as do ensino básico e superior, em sua maioria, recebem vencimentos abaixo da metade do que ganham profissionais de outras atividades. Esta situação crítica em que se encontra a remuneração dos/as professores/as tem como causas a falta de prioridade dos governos com a área e a ausência de mais fontes de recursos financeiros. Além disso, relatórios apresentados pela Controladoria Geral da União apontam irregularidades na aplicação das verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Há também problemas com a maquiagem no orçamento da União destinado à educação e incentivos dados às Instituições privadas.

Não se garante sequer o piso nacional do magistério previsto na Constituição e definido na Lei, não se enfrenta o fato de o Brasil continuar sendo o País com o maior número de analfabetos na América do Sul, como o menor índice de diplomados no ensino superior e um dos que mais subsidia, com dinheiro público, o ensino comercial que, em geral, explora gravemente o trabalho dos/as professores/as.

O Plano Nacional de Educação, PNE 2014-2024, Lei n. 13.005/2014, sancionado pelo Governo Dilma-PT, além de consolidar e aprofundar a precarização e privatização da educação pública, estabelece uma política meritocrática e neoliberal por meio da implantação da avaliação de desempenho nos planos de carreira, destruindo os planos conquistados com árduas lutas da categoria docente.

O governo federal, em que pese colocar o lema “pátria educadora” para seu segundo mandato, na prática tem implementado profundos cortes na educação pública. Só em 2015 foram 11 bilhões. Isso se deve ao fato de que esse lema não é um compromisso com a melhoria do ensino público e não tem como prioridade os investimentos na educação pública, mas sim o fortalecimento da iniciativa privada, os tubarões do ensino, empresas que atraem, com propaganda massiva, jovens em busca de um diploma para melhorar sua condição de vida.

Ainda no âmbito da política educacional, tramita no congresso a PEC 10/2014, de autoria do senador Inácio Arruda-PCdoB, que visa a criar o sistema único de educação superior pública, de caráter centralizador e privatista. Já o PL 867/2015, que propõe a criação do Programa Escola sem Partido,

e demais projetos de lei a ele apensados, fundamenta-se em uma perspectiva que propõe a neutralidade da ciência, trata os estudantes como tábulas rasas e subalterniza o trabalho do professor. Também na esteira desses projetos, foi apresentada a consulta pública, em setembro de 2015, pelo Ministério da Educação, a proposta de Base Nacional Comum Curricular, de caráter mercantilista e controlador do conhecimento.

No entanto, pode-se observar que os/as trabalhadores/as em educação tem demonstrado disposição para lutar contra esta situação de precarização e privatização da educação. No ano de 2015, por exemplo, condições de trabalho e reestruturação da carreira foram dois pontos centrais da pauta de reivindicações da greve dos/as docentes das Instituições Federais.

Nesse mesmo ano, diante do cenário de precarização nas Universidades Estaduais Baianas (UEBAs) e descumprimento do Estatuto do Magistério por parte do Governo de Rui-PT, o movimento docente nestas instituições não teve alternativa a não ser a realização de uma greve que durou 86 dias.

O descaso do governo baiano ocorre também em relação aos/as trabalhadores/as terceirizados/as em educação dos setores de limpeza, segurança e manutenção. No ano de 2015, foram realizadas várias paralisações pelo pagamento dos salários atrasados destes/as trabalhadores/as, sujeitos a frequentes avisos prévios, devido à incerteza da permanência das empresas na execução do serviço.

Já no ano de 2016, nos municípios de Feira de Santana e Salvador-BA, governados por José Ronaldo-DEM e ACM Neto-DEM respectivamente, professores/as da educação básica tem realizado greves pela reserva de 1/3 da carga horária para atividades fora da sala de aula, direito garantido na lei 11.738/2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Diante dessa realidade apresentada, entendemos que as principais bandeiras que devem ser assumidas pelos movimentos de luta em defesa da educação pública, em especial no que diz respeito às condições de trabalho e carreira dos/as profissionais de educação devem ser:

Lutar contra as terceirizações, precarização do trabalho, contra o PLC 030. Defender as reivindicações dos terceirizados por melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas.

Combater o PNE privatista – contra a mercantilização da educação, nenhum centavo de verbas públicas seja repassado para a iniciativa privada. Exigimos 10% do PIB para a educação pública já!

Lutar contra a PEC 10/2014, sistema único de educação superior; contra a proposta de Base Nacional Comum Curricular; e, contra o PL 867/2015, Programa Escola sem Partido.

Lutar pela implantação da Lei do Piso.

Aprofundar o debate sobre concepção da carreira junto aos/às profissionais da educação nos mais diversos níveis de ensino.

Texto 7

CONTRA A OFENSIVA CONSERVADORA NA EDUCAÇÃO: OUSAR LUTAR!⁴

Ediane Lopes de Santana – Diretoria Estadual ADUNEB

Desde o início dos questionamentos envolvendo os espaços de poder na sociedade e o lugar das mulheres nos mesmos, até a formulação do conceito de relações de gênero, e suas diversas reformulações, muito tempo se passou. Este foi formulado em meados da década de 70 do século XX e teve por objetivo aprofundar as análises em torno das relações sociais construídas a partir das diferenças sexuais que cada sociedade estabelece em sua organização. O conceito de relações de gênero visou problematizar todas estas relações sociais como também relações de poder que se estabelecem no cotidiano – sejam em espaços públicos ou privados – que em geral são verticalizadas e estabelecidas a partir de um conteúdo desigual.

Portanto, a equidade de gênero se tornou uma das bandeiras principais dos feminismos e grupos LGBTTTQI na atualidade; muitos destes são consensuais em compreender a necessidade de questionarmos as relações de poder estabelecidas em torno das relações de gênero, especialmente as que partem dos padrões ocidentalizados e heteronormativos.

Desde as primeiras formulações em torno destas relações de gênero, até os dias atuais, os movimentos feministas e LGBTTTQI obtiveram diversos avanços em sua pauta. Entretanto, muito ainda está por ser conquistado.

Rumo a essa equidade, a nossa luta política tem por horizonte a busca pelo poder horizontalizado. Neste sentido, os movimentos feministas e LGBTTTQI, acumularam uma longa trajetória de lutas, perdas e ganhos. Dentre essas vitórias, destacamos a entrada do debate de equidade de gênero na educação, especialmente a partir do questionamento das relações desiguais e sexistas que foram, pouco a pouco, se naturalizando tanto na educação doméstica quanto nas escolas, que acabam por refletir a forma como a sociedade estabelece os padrões de gênero. Como exemplo, nossas crianças, hegemonicamente, são educadas a estabelecerem lugares diferenciados para “meninos e meninas”, lugares que “moldam” uma feminilidade e uma masculinidade que se reflete também nos lugares sociais e na visão de mundo destes/destas futuros/as adultos/as.

O que está em risco e qual o nosso papel

Este ano, todo movimento feminista e LGBTTTQI foi surpreendido com a retirada de mais uma das nossas reivindicações históricas. Desta vez, a ofensiva conservadora, que já vinha em uma crescente no Brasil – especialmente a partir do crescimento de grupos conservadores das religiões neopentecostais e católica – alcança diretamente também a educação, forçando-nos, enquanto sindicato nacional que estabeleceu nas suas ações o combate às desigualdades de gênero e homofobia, a nos debruçarmos a respeito desta discussão, bem como estabelecer ações de combate.

A comissão de finanças e orçamento, debruçada sobre o Plano Municipal de Educação (PME), a partir da alteração do Plano Nacional de Educação (PNE), em audiências públicas, recebeu indivíduos e

⁴ Este texto conta com partes do texto apresentado ao 34º Congresso do ANDES.

grupos organizados que reivindicaram a retirada do combate à homofobia e às questões de gênero destes referidos planos, argumentando uma suposta “ideologia de gênero”. Em muitas cidades, a retirada deste conteúdo já foi aprovada nas Câmaras de vereadores/as, assim como no Plano Nacional de Educação, demonstrando a força desta ofensiva conservadora neste país.

Estes grupos e indivíduos, sendo a sua maioria pertencente aos setores conservadores das religiões católicas e evangélicas, supõem que as reivindicações dos movimentos feministas e LGBTTTQI teriam por objetivo estabelecer uma confusão entre pais, mães, educadores e educadoras, na educação de crianças e jovens, quando propõem que não devemos reforçar conteúdos e tratamentos sexistas nas nossas escolas.

No entendimento destes setores conservadores, ao rompermos com o tratamento sexista, ao questionarmos o padrão binário de gênero heteronormativo e ocidentalizado (que desconsidera crianças e jovens cujas identidades sexuais fogem deste padrão) presentes ainda nas nossas escolas, estaríamos instituindo o caos social, visto que traríamos mudanças bruscas no formato atual estabelecido por nossas educadoras e educadores.

Tatiana Lionço, do grupo feminista Geledés, faz um esforço de nos explicar o que está explícito na formulação de “ideologia de gênero” elaborada por estes grupos conservadores acima referidos:

Buscando sistematizar os múltiplos adjetivos adotados pelos mesmos, resumiria o que entendo por seu argumento desqualificador sobre pessoas que reivindicam democratização dos direitos sexuais e reprodutivos nos seguintes termos: a “ideologia de gênero” é uma imposição totalitária, ditatorial, visando uma sociedade marxista, revolucionária, atéia, nefasta, perversa e iníqua por meio de concepções falsas, artificiais, antinaturais e esdrúxulas, que tornam a vida doente, aberrante e imoral.⁵

De acordo com a mesma autora, estes setores se baseiam em escritos de alguns líderes religiosos. Dentre estas referências, a autora destaca do Geledés destaca o livro **A estratégia – o plano dos homossexuais para transformar a sociedade**, escrito por um reverendo norte-americano e traduzido para o português pela editora evangélica Central Gospel, da Associação Vitória em Cristo do pastor Silas Malafaia. Contra este livro foi instituído um inquérito civil, por parte do Ministério Público, sob alegação de que a narrativa violaria direitos de coletividades. A autora também aponta outras referências, todas ligadas aos setores conservadores católicos:

O livro de referência dos católicos ativistas do anti-feminismo e anti-direitos sexuais e reprodutivos foi escrito pelo acadêmico argentino Jorge Scala e apresenta como título Ideologia de Gênero – neototalitarismo e a morte da família, tendo sido traduzido para o português por uma editora católica, a Katechesis. As teses contidas no livro passaram a ser replicadas por autoridades católicas do Brasil, com destaque para o texto de Dom Orani Tempesta, arcebispo do Rio de Janeiro, publicado no sítio virtual da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas também em blogs

⁵ Leia a matéria completa em: [“Ideologia de gênero”: a emergência de uma teoria religiosa sobre os riscos da democracia sexual - Geledés](http://www.geledes.org.br/ideologia-de-genero-emergencia-de-uma-teoria-religiosa-sobre-os-riscos-da-democracia-sexual/#ixzz3eq4w7tOh) <http://www.geledes.org.br/ideologia-de-genero-emergencia-de-uma-teoria-religiosa-sobre-os-riscos-da-democracia-sexual/#ixzz3eq4w7tOh>

por Dom Anuar Battisti, arcebispo de Maringá (PR), Dom Antonio Carlos Rossi Keller, bispo de Frederico Westphalen (RS), Dom Fernando Rifani, bispo de Maria Vianney (Campos de Goytacazes/RJ) e no jornal A Tarde, por Dom Murilo Krieger, arcebispo de São Salvador da Bahia e primaz do Brasil.⁶

Acreditamos que essa ofensiva conservadora não diz respeito somente ao conteúdo de gênero, ao combate à homofobia e lesbofobia. O próprio conteúdo das falas e escritos destes setores conservadores demonstra que o projeto de sociedade por eles defendido é composto por um conteúdo de gênero, racial e também um forte conteúdo de classe que ratifica a exploração e as diversas opressões tão combatidas pelo histórico deste sindicato.

⁶ Idem.

Texto 8

ACESSO À EDUCAÇÃO PÚBLICA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Contribuições das Entidades: Ousar, Pajeú e UJC.

A garantia do direito à educação nos âmbitos básicos e superiores foram estabelecidos em diferentes momentos históricos do país através de cartas e constituições que abordam o acesso e a permanência estudantil a indivíduos de diferentes classes e etnias. Com essa criação de diversos documentos políticos e educacionais, o Governo demonstra qual a maneira que acredita ser a correta para a educação, porém percebe-se que o mesmo é baseado na homogeneização de crianças e adolescentes que possuíam e ainda possuem privilégios distintos, vivem em regiões e são abarcadas por fatores socioeconômicos distintos, ignorando a nossa diversificação cultural e regional, bem como os aspectos sociais que constituem o Brasil. Com isso, pode-se perceber que a heterogeneidade brasileira possui uma educação que não condiz com a realidade do país, articulada por meio de políticas públicas que universalizam os problemas sociais, sem a distinção necessária das várias facetas educacionais do Brasil, como a educação do campo, indígena e quilombola que anseiam por acesso e permanência para transformar seu cotidiano regional em pedagogia educacional. A partir desse ponto, observamos como todas as problemáticas influenciam os estudantes nas diversas áreas em que estão incutidos, como na educação básica, onde desde a educação infantil até o ensino médio, essas crianças e jovens enfrentam a falta de verbas, de políticas educacionais que respeitem suas singularidades enquanto indivíduo, falta de condições estruturais das escolas, dos trabalhos docentes, a má remuneração dos professores que influencia nos seus trabalhos, a má alimentação dos estudantes visto que muitos não têm o que comer em suas casas, a falta de transporte para trazê-los de localidades muito distantes ou rurais, e muitas outras situações que afetam tanto suas vidas pessoais quanto seu rendimento escolar.

Dentro das estatísticas, até 2013, dos 56 milhões de estudantes matriculados nas instituições públicas de ensino, 76,3% estudavam em instituições públicas de ensino, e o restante em instituições privadas. Desses 56 milhões, os adolescentes com idade entre 15 e 17 anos, 1,5 milhão estavam fora das escolas, contingente esse que demonstra a ineficácia dos atuais projetos governamentais. Deste modo, é imprescindível a adoção de políticas capazes de mitigar os problemas presentes na educação básica brasileira, findando mecanismos que continuam gerando ciclos de exclusão educacional para as parcelas identificadas. Pois, as condições e chances para progressão dos estudos de jovens brasileiros/as são desigualmente distribuídas no país, contextualizando e compactuando com clivagens como classe social, etnia/cor, gênero, contexto (cidade/campo), local (centro/periferia) de moradia e deficiência dentre outros sectarismos vividos pela sociedade. Nos últimos 25 anos, tanto o ensino médio como o fundamental e infantil tiveram etapas acessíveis e massificadas de ingresso nas instituições de ensino por meio da quantidade de vagas que foram ofertadas em todo o país, entretanto, todo acesso em massa que foi realizado não exige a conformação de um ensino público que se expandiu de modo degradado, desde escola públicas destituídas de identidade própria, condições físicas, materiais adequados e professores/as, realmente, preparados/as para atuação em sala de aula com as adversidades de cada instituição. O resultado desse acesso desqualificado é a ampliação sem investimentos adequados, refletindo no baixo nível de aprendizado dos/as estudantes, perpetuando as elevadas taxas de reprovação e abandono escolar devido ao desinteresse pela escola, falta de representatividade, e entre outros elencados acima, que são fatores importantes para explicar

sua permanência e, muitas vezes sua desistência na escola. Debatendo esse último aspecto, a impressão estudantil sobre a utilização do espaço educacional no qual estão inseridos/as, é de que são locais pouco acolhedores de suas necessidades de socialização e culturalização, podendo dessa maneira não despertar o interesse dos mesmos; aulas sem instrumentalização prática, sendo somente fundamentada na teoria e nos elementos tradicionais da educação; dificuldades dos/as docentes relacionarem os conteúdos disciplinares com a realidade e cotidiano de estudantes.

Em meio a tudo isso, esses espaços são tomados por relações de preconceito e discriminação, nos quais, possivelmente, não são orientados por valores laicos, princípios democráticos e de respeito aos direitos humanos fundamentais que orientam a política educacional brasileira. Dentro do dimensionamento sócio-cultural se evidencia a dificuldade de as escolas incorporarem em seus currículos, conteúdos e temáticas que possam favorecer a incorporação de valores alicerçados no respeito à diversidade e à heterogeneidade brasileira. Como exemplos da tentativa de execução dessa prática, existem os percalços para a implementação da lei 10.639/2003 e 11.645/2008 que, respectivamente, tratam da inclusão da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena, além das discussões sobre gênero e sexualidade que ainda fomentam debate acerca de sua atuação dentro das escolas. A partir de um dos fatores principais atrelados ao acesso e permanência, que é a inexistência de representação e ligação com a realidade do ensino, se estabelece, também, as seguintes problemáticas: Complicações estruturais nas instituições públicas de ensino, visto que falta uma alimentação adequada e inclusiva que contemple a verdadeira necessidade estudantil das faixas etárias predominantes ou não no ensino público, como o equilíbrio nutricional e questões ligadas a um balanceamento alimentício que integre os/as estudantes; mecanismos tecnológicos que são negligenciados, tanto na manutenção quanto nas suas reais atribuições dentro ou fora da sala de aula, como aparelhos que ainda não entraram num contexto de vida que englobe a realidade social de estudantes de diferentes localidades e condições econômicas; material didático defasado, em muitos casos, e sem o comprometimento de dar ao educando o conteúdo necessário para instrumentalizar o/a estudante dentro de seus deveres formais. Por meio desses profundos problemas crônicos que a educação de base possui, não existe condições reais de preparo de jovens pela rede pública para o ingresso nas universidades.

Segundo Eyng & Pacievitch (2012)⁷, a instituição escolar amplia sua crise. No esforço de manter sua estrutura, suas normas e regras, pautadas na visão hegemônica, na padronização de saberes, práticas e comportamentos, a escola inclui apenas trazendo os estudantes para o seu interior, e no interior os exclui. Dessa forma, a instituição escolar atua na reprodução e legitimação das desigualdades sociais e culturais, [...] A capacidade de excluir os recém incluídos, de segregar os diferentes (estratégias de exclusão) e de homogeneizar (estratégia de assimilação) é exercida por meio do currículo, das experiências e inclusive dos discursos presentes nas escolas. Portanto, são indissociáveis as exclusões presentes na sociedade como um todo da forma como funciona a universidade, o que é expresso na forma meritocrata que é garantido o ingresso por meio do vestibular, na forma como o conhecimento nela produzido é apartado do resto da sociedade, ou ainda nas hierarquias de interesses econômicos que são criadas para a manutenção do privilégio de uma parcela da população em detrimento do acesso pífio concedido a muitos. Logo, a luta para que o Estado garanta a permanência estudantil daqueles estudantes que se encontram nas circunstâncias já elencadas no texto é histórica, pois o

⁷ http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2399b.pdf

embate que se realiza sempre foi de acordo com tudo aquilo que é pautado para a garantia da formação acadêmica e cidadã de maneira digna durante o decorrer de todo o curso. Portanto, a política de permanência deve assegurar a TODOS os estudantes o direito de exploração e potencialização de suas capacidades dentro do âmbito universitário, e além disso, políticas que complementem a assistência aos estudantes carentes para combater as desigualdades sociais dentro das universidades e presentes na sociedade. Pode-se observar que, nos últimos anos tem sido perceptível uma contradição se formando nas políticas públicas brasileiras de ensino superior, onde são privilegiados investimentos as instituições privadas por meio de programas do Estado (a exemplo FIES e ProUNI) em detrimento de cortes orçamentários para as instituições públicas, algo que tem gerado uma série de precarizações nas políticas de assistência estudantil. Traço claro de um processo cada vez mais forte de mercantilização da Educação no Brasil, expresso na consolidação de monopólios internacionais como o grupo Kroton/Anhanguera⁸, que mostram o resultado de projetos neoliberais repletos de discrepâncias com a realidade brasileira para a educação que dá acesso a classe trabalhadora por meio do mercado com investimento público, implementados pelo governo na última década.

Com isso, as ações mínimas que devem ser realizadas para atender a permanência estudantil iniciam-se com a existência e funcionamento pleno dos restaurantes universitários que possuem a função de manter dignamente o estudante dentro da universidade durante o tempo que precisar. Sendo, portanto, fundamentais para permitir a presença estudantil entre os turnos no decorrer do dia, possibilitando a produção de ciência e a vivência social do mesmo. Existe, assim, pelo que foi posto a necessidade de garantir preços acessíveis e comida saudável e de qualidade. Além de que o mais correto para a existência dos mesmos é que a gestão desses restaurantes seja pública e que envolvam toda a comunidade acadêmica. Assim, a residência universitária torna-se, também, parte indispensável do processo de permanência, pois o surgimento das mesmas dá-se a partir da implementação de políticas de ação afirmativa para inserção de estudantes na universidade em cenário de carência econômica, como cotas para os afrodescendentes, remanescentes de quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência, e cotas sociais para estudantes oriundos de escola públicas. Além disso, a residência precisa ser capaz de atender aos anseios estudantes, mas também oferecer bolsas de auxílio para favorecer o desenvolvimento autônomo do estudante. Bem como permitir o desenvolvimento de pesquisas voltadas para sua área e cultura como no caso das comunidades quilombolas e indígenas, permitindo que as mesmas tenham o direito de conhecer profundamente e compartilhar com a comunidade científica sobre a diversidade da sua cultura. Uma das muitas necessidades estudantis são as creches universitárias, com caráter de pauta histórica do movimento como forma de combater o machismo e acabar com a terrível condição imposta às mulheres de decidir entre trabalhar/estudar ou ser mãe. Coibindo assim, a evasão por parte das estudantes por não terem com quem deixar seus filhos. Atrelado a isso, é substancial o fornecimento de atendimento médico ou hospitalar pelos postos de saúde e/ou hospitais universitários àqueles que vivem intensamente o mundo da universidade com oferecimento de diversos serviços que possam atender de forma adequada e suficiente. E pensar também nas especificidades locais no tocante às endemias que afligem determinada região e questões essenciais e/ou características da localidade de inserção da universidade, visto que muitas

⁸ <http://www.cartacapital.com.br/educacao/prouni-criou-milionarios-em-troca-de-ma-qualidade-na-educacao-7396.html>

universidades ficam em locais onde há casos de doenças, como dengue, zica e outras doenças cosmopolitas.

Englobando todas as necessidades estudantis que devem ser garantidas, ainda, espera-se como parte necessária da defesa dos direitos de permanência a implementação ou execução das bolsas auxílio para estudantes que se encontram em estado de vulnerabilidade socioeconômica, tentando minimizar as desigualdades sociais na universidade e como determinante para o acesso à universidade e a realização plena das atividades acadêmicas. Saliendo que as bolsas auxílio não devem possuir relação com o rendimento acadêmico, pois instabilidade financeira também é uma questão da desestruturação de estudantes referentes ao seu desenvolvimento acadêmico e social. E, entendendo todos os aspectos que são ligados diretamente ao espaço da universidade, também, se pensa na questão de mobilidade estudantil como permanência necessária aos estudantes que se locomovem todos os dias nos seus respectivos turnos à universidade, destacando que na maioria dos casos as universidades estão localizadas em centros urbanos que possuem transporte coletivo e que conseqüentemente precisam dar condições para que os estudantes se movimentem com a despreocupação de mais um elemento no seu orçamento mensal. Há também, a abertura de novos cursos, por parte das universidades, sem o suporte necessário para mantê-los. E, boa parte dessas questões das universidades estaduais, poderiam ser pontualmente resolvidas com o direcionamento de 7% da RLI (receita líquida de impostos) para as UEBA e 1% da rubrica específica da RLI para assistência e permanência estudantil. Seguindo todas as condições postas aos estudantes de instituições públicas, apresenta-se, assim, um conjunto de desafios que são infligidos na realidade universitária brasileira no universo público.

Texto 9

ACESSO À EDUCAÇÃO PÚBLICA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Contribuições da Corrente Proletária na Educação ao Encontro Estadual de Educação

1. Os dados sobre o acesso à Educação revelam tarefas democráticas não cumpridas. Persiste o analfabetismo que repousa sob a situação de miséria de milhões e expressa as desigualdades regionais e a falência do sistema educacional. Ainda temos 8,5% de analfabetos, sendo que no Nordeste este número chega a 17,4% (IBGE, 2012); o analfabetismo funcional atinge 18,3% da população. Em 2013, apenas 35,8% das crianças de até três anos tiveram acesso a creches. Na faixa de 4 a 5, apenas 78,2% estavam matriculados na pré-escola. Apenas 54% dos jovens de 15 a 17 frequentam o ensino médio. Mais de 80% dos jovens de 18 a 24 anos estão fora do ensino superior, segundo dados do PNAD de 2009. O desemprego, a exploração do trabalho e os baixos salários marcam a existência de milhões de jovens. Quanto ao ensino superior, não se trata de lutar por uma melhor seleção, mas sim pelo fim do vestibular e acesso irrestrito. A bandeira democrática de educação como direito universal, em todos os níveis, não será cumprida pela burguesia e seus governos, passou para as mãos do proletariado.

2. Além do acesso à educação, é necessário garantir as condições de permanência dos estudantes em todos os níveis. Na educação básica, trata-se da garantia de merenda, estrutura física, transporte escolar e passe livre, etc. No ensino superior, trata-se de combater a perspectiva da “assistência estudantil” que deixa de considerar a permanência como direito universal e passa a defender a assistência focalizada aos que preencherem os critérios de miserabilidade e adequação às “possibilidades” orçamentárias estabelecidos pela burocracia universitária. Trata-se de defender restaurantes e moradias universitárias gratuitos e universais, combinados com a defesa do passe livre e garantia de estrutura e condições de estudo. O problema de fundo, porém, é a pobreza e miséria que impedem a maioria da juventude de frequentar a escola. Precisa do trabalho, geralmente precarizado, com longas jornadas diárias, que se tornam incompatíveis com o horário das escolas e cursos noturnos. Quando abandonam a série e atingem 18 anos, já não podem frequentar o ensino regular. São empurrados para a EJA (Educação de Jovens e Adultos) e aí esbarram no número pequeno de escolas e no horário de funcionamento. O ensino médio integral é discriminatório, pois nem todos os estudantes podem permanecer na escola durante oito horas, pois têm de articular escola e trabalho. Por isso que, para preservar a vida da juventude, defendemos a bandeira de nenhum jovem sem emprego, nenhum jovem fora da escola; jornada de trabalho não mais de 4 horas e o restante do tempo dedicado à escola e lazer; salário compatível com as necessidades; fim do trabalho que mutila física e mentalmente os jovens; livre acesso em todos os níveis de ensino.

5. O passe livre no sistema de transporte para estudantes é uma reivindicação democrática que assegura o acesso à escola e lazer de milhares de estudantes que precisam se locomover para longe dos seus bairros a fim de estudar. Atualmente, as poucas cidades que possuem passe livre não o garantem na prática, por impor restrições quanto ao número de passagens, horários e itinerários. A reivindicação histórica do Passe livre também para desempregados deve ser incorporada pelo movimento geral.

6. Sempre que defendemos o passe livre ou redução da tarifa, questionam: de onde deverá sair o dinheiro? Não deve sair do bolso dos trabalhadores do transporte (com salários arrochados) e muito menos dos trabalhadores que usam o sistema de transporte. Tampouco deve sair de isenções de impostos. O dinheiro deve sair do lucro das empresas. Para isso é preciso retirá-las do sistema e estatizá-lo. Não deve ser paga nenhuma indenização. Esta frota, sucateada, já foi paga muitas vezes, pois o valor da tarifa inclui o abatimento do veículo (com a idade destes, com certeza os usuários já pagaram muito mais do que seu valor real). Ou seja, é preciso expropriar as empresas. Mesmo o que é “público” no capitalismo, corresponde aos interesses da burguesia. São inúmeras as denúncias no país que mostram que as máfias do transporte alimentam caixa2, financiam campanhas e até pagam mesadas a políticos (tudo isso está embutido na tarifa). Por isso, defendemos o controle operário. Afinal, são os trabalhadores que fazem o sistema funcionar. São os trabalhadores e a juventude que usam o transporte que sabem onde é necessário mais linhas, mais horários, quais os trajetos necessários, etc.

7. Combinar a luta pelo passe livre com a defesa do Salário Mínimo Vital. Se lutarmos só pelo passe livre e redução da tarifa, a situação de exploração dos trabalhadores não se modifica substancialmente, pois o que ele deixa de pagar no transporte, logo levará a uma redução de seu salário, nem que seja por meio da não reposição de perdas inflacionárias. Por isso, se queremos chamar os trabalhadores e juventude para o movimento é preciso ter uma bandeira que responda à pobreza e à miséria. Neste sentido, defendemos o salário mínimo vital, calculado pelas assembleias de trabalhadores, suficiente para a manutenção de uma família de quatro pessoas.

Propostas:

1. Acesso a todos à educação em todos os níveis. Que o Estado garanta esse direito a todos que queiram continuar os estudos. Expansão da rede escolar de acordo com as necessidades, garantir as condições materiais de ingresso. Fim da regulamentação que impede os jovens voltar à escola e cursarem a série em que estavam. Fim da fragmentação entre os níveis de ensino, fundamental, médio e superior. Fim dos vestibulares/SISU. Defesa do acesso irrestrito.
2. Garantia de permanência como parte do direito à educação: Residência Universitária a todos que necessitam morar na universidade. Alimentação gratuita a todos estudantes: contra a privatização e a cobrança de taxas nos restaurantes universitários; ampliação e construção de novos RUs.
3. Defesa da vida das crianças e da juventude oprimida. Construção e ampliação de creches, com garantia de que todas as mães que delas necessitem sejam imediatamente atendidas. Combinar o trabalho com o estudo. Nenhuma criança e jovem fora da escola; nenhum jovem fora da produção social – quatro horas na produção e o restante na escola, salário de acordo com suas necessidades. Fim da exploração do trabalho infantil.
4. Defender o Passe Livre para estudantes e desempregados, salário mínimo vital e estatização do sistema de transporte coletivo, sob controle operário.

Texto 10

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Contribuições da Corrente Proletária na Educação ao Encontro Estadual de Educação

1. O capitalismo é marcado por profundas contradições econômicas, sociais e políticas. O mesmo se dá com a economia agrária e as relações de classe no campo. Trata-se da manifestação da lei do desenvolvimento desigual e combinado, em que as formas capitalistas mais desenvolvidas se articulam e convivem de forma contraditória com as formas arcaicas, pré-capitalistas (latifúndio). A alta concentração de terras no campo remonta ao passado colonial brasileiro. O desenvolvimento da produção agrária capitalista não eliminou o domínio do latifúndio, além da presença da pequena propriedade (minifúndios). No lugar de realizar uma reforma agrária, como ocorreu nas potências imperialistas, onde se impôs a revolução democrático-burguesa, a burguesia brasileira consolidou a estrutura latifundiária e condenou os camponeses à miséria e à pressão permanente de tendências concentracionistas. Regiões inteiras do Nordeste, Norte e Centro-oeste, a pequena produção familiar camponesa é pressionada constantemente pelos grandes proprietários de terras e pelo avanço do agronegócio. No Centro-sul, as formas modernas de produção capitalista são impulsionadas por meio da expansão da agroindústria, caracterizada pelo uso da mais moderna maquinaria, técnica e outros recursos de produtividade, por meio da exploração da força de trabalho, com o objetivo de produzir para a exportação de *commodities* (matéria-prima e produtos agrícolas).

2. Nas últimas décadas, o que se viu foi a penetração do capital estrangeiro e a expansão do seu controle sobre a economia agrária. A agroindústria está sob o domínio das multinacionais, às quais se submetem o Estado e os governos. Um pequeno punhado de empresas estrangeiras dita os preços das *commodities* agrícolas, controla o mercado de sementes, fertilizantes e obtêm o apoio legislativo, por meio do parlamento, para expandir os seus negócios via exportação. Também tem avançado a desnacionalização da terra, com a conivência dos governos, para facilitar a aquisição de terras pelos grandes monopólios internacionais. A expansão do agronegócio na chamada nova fronteira agrícola, especialmente, na Amazônia, provoca a devastação da floresta e do cerrado, a expulsão de camponeses, ribeirinhos, indígenas. As comunidades indígenas sofrem constantemente a violência dos grandes proprietários e grileiros. Eis a situação em que se encontram os camponeses e pequenos agricultores no campo brasileiro. As contradições de classe empurram os latifundiários a utilizar a violência sistemática contra as lideranças e camponeses.

3. No passado, numa sociedade marcada por uma profunda concentração latifundiária, não havia necessidade de ensinar as pessoas para realizar o trabalho manual, particularmente os negros, a lerem e escreverem para realização das atividades agrícolas. A incipiente oferta da escolarização era vista como concessão e não como direito. A Educação do campo expressa a luta de classes, de um lado os interesses dos latifundiários e o agronegócio, de outro os camponeses em luta para assegurar sua sobrevivência e de sua família. Não há qualquer interesse em oferecer uma educação que promova o desenvolvimento e a elevação cultural desses sujeitos históricos, dentro dos limites impostos pela perversa lógica do capital. O cenário da realidade do campo é de profunda penetração do agronegócio, de proletarização dos trabalhadores rurais.

4. É comum a situação de penúria que passam os camponeses e agricultores pobres que vivem em determinados lugares, particularmente nos espaços atingidos pela seca. Em sua localização histórica observam-se as contradições na ordem do capital no espaço geográfico que denominamos de campo, avançando a mão de obra assalariada rural e agroindustrial. O processo de industrialização no Brasil impulsionado na década de 30 do século XX caracterizava o campo como espaço de atraso. A educação neste espaço era considerada secundária no âmbito das políticas educacionais, reduzidas a projetos e programas pontuais. Algumas iniciativas foram empreendidas nos anos de 1960 e 1970. Entretanto, somente no final dos anos 80 com a promulgação da Constituição Federal e a aprovação da LDB 9394/96 com todo o seu caráter privatista, considerou formalmente a educação do campo enquanto um direito e com especificidades a serem consideradas no processo educativo.

5. O marco histórico das formulações para a educação do campo, diferenciando-se das formulações da educação rural, foi a realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), em julho de 1997. Em 1998 realizou-se em Luziânia/GO a I Conferência de Educação do Campo. Estes eventos impulsionaram a articulação de vários segmentos com os movimentos sociais do campo, protagonizados pelo principal movimento social dos sem terra (MST) em torno da luta por uma educação do campo. Observa-se que a luta em favor da educação do campo foi motivada pela denúncia do abandono dos povos do campo, reivindicando políticas públicas para o campo que contemplassem não só a educação, mas a luta pela reforma agrária. Até hoje, passados inúmeros governos, inclusive o chamado “Governo dos Trabalhadores” do Partido dos Trabalhadores (PT), os dados demonstram o avanço do processo de concentração da terra no campo, de modo que a chamada “Reforma Agrária” não consegue modificar a estrutura agrária do país, nem impede a penetração do capital estrangeiro (agronegócio). Comprova-se a tese de que a burguesia e seus partidos são incapazes de resolver a questão agrária na fase de decomposição do capitalismo (imperialismo) e que esta tarefa é parte das tarefas do proletariado em aliança com o campesinato no processo de revolução social (revolução agrária).

6. No âmbito legal, os movimentos em prol da educação do campo celebram algumas conquistas como a aprovação das Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo, incorporando algumas posições dos movimentos sociais, fundamentando as discussões para a elaboração de uma política nacional para a educação do campo. Há um desejo de universalização da educação seja na cidade ou no campo, entretanto encontra sérios obstáculos nos limites impostas pela dominação capitalista. Outra conquista comemorada pelo movimento camponês é PRONERA (Programa Nacional em Áreas de Reforma Agrária) criado em 1997 no governo de FHC. O objetivo desse programa é a formação dos sujeitos do campo da alfabetização ao ensino superior. O programa, entretanto, tem sido alvo de ataques, em face de cortes de verbas, atraso nos repasses dos recursos, falta de condições objetivas nos acampamentos, onde são efetivados os processos formativos.

7. Depois de 18 anos da realização do I ENERA, ocorreu o II ENERA no período de 21 a 25 de setembro de 2015, em Luiziana/GO, organizado pelo MST, com a participação de 1500 educadores/as que atuam nas áreas rurais. O lema de abertura do encontro foi “É crime fechar as escolas”. Ocorreu no contexto de profundos ataques a classe trabalhadora, juventude e demais explorados, cortes na educação, saúde, habitação, aprovação da Lei de Terceirização pela Câmara, destinação de recursos para o agronegócio, e abandono da política de “reforma agrária” pelo Governo Dilma (PT). Sob o governo do PT Lula/ Dilma, ocorreu um duro ataque às escolas do campo. Nos

últimos dez anos foram fechadas 37 mil escolas. Somente em 2014, 4 mil escolas do campo tiveram suas portas fechadas. Na atualidade o favorecimento do agronegócio tem impactado na educação dos povos do campo. Para atender as demandas do agronegócio, o governo Dilma promove de forma limitada o ensino técnico através do PRONATEC campo e o Pronacampo.

8. O Ajuste Fiscal imposto pelo Governo Dilma (PT), por meio do Ministério da Fazenda (Joaquim Levy) e Planejamento (Nelson Barbosa) importou no corte de gastos do orçamento do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Em maio, o governo anunciou um corte de 50% dos recursos para a reforma agrária. Passou de 3,735 bi para 1,832 bi. De 2010 a 2014, o governo cortou parte do orçamento do INCRA: de 4 bilhões, em 2010, o valor passou a 1,39 bilhão. O Ministério de Desenvolvimento Agrário foi fundido ao do Desenvolvimento Social, por conta da política de cortes. A esse ajuste nos recursos da reforma agrária se somam os cortes de mais de 70 bilhões nas áreas da saúde, educação, infraestrutura das cidades, transportes, desenvolvimento social, entre outros. O desemprego, a miséria e a fome aumentam, enquanto a economia é estrangulada por uma política de ajuda aos grandes bancos e ao sistema financeiro internacional.

9. A tarefa da luta contra os ataques dos governos à educação e às escolas do campo é parte da luta pelo fim do latifúndio e do capitalismo. Os governos do PT prometeram a reforma agrária e a proteção dos pobres do campo. Entretanto, o que se viu nas últimas décadas e, particularmente, nos últimos anos foi o avanço do agronegócio. A reforma agrária não ocorreu, os assentamentos estagnaram e os recursos para a pequena economia agrária retrocederam. Os créditos oferecidos pelo governo federal aprisionam os agricultores às dívidas impagáveis pelo resto da vida. É preciso, para avançar na luta pela terra e demais reivindicações das famílias camponesas a independência política frente ao Estado e aos governos burgueses. É preciso também defender a aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade e, particularmente, entre a classe operária e a classe camponesa. Essa aliança é fundamental para avançar o combate contra a exploração do trabalho no capitalismo, que só cria miséria, desemprego e violência.

Propostas:

1. Enfrentar com luta o fechamento das escolas do campo;
2. Realizar uma campanha nacional contra o fechamento das escolas no campo;
3. Organizar o programa das escolas do campo com base nos estudos científicos, na organização política de classe e no trabalho social;
4. Construção e ampliação das escolas do campo, garantindo as condições e os recursos necessários ao seu funcionamento;
5. Defender os empregos, salários, previdência e os direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade contra a política de austeridade dos governos e dos capitalistas;
6. Pela independência política dos movimentos sociais do campo frente ao Estado e governos burgueses;
7. Expropriação das terras dos latifundiários e das multinacionais e corporações que parasitam as riquezas nacionais do campo, nacionalização das terras;
8. Proteção dos pequenos e médios agricultores (terra, financiamento a baixo custo, condições de produção e de vendas, proteção previdenciária, saúde e escolas do campo);
9. Entrega das terras aos camponeses e recursos para trabalhar na terra;

Texto 11

EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria Almeida – Aduneh

Em 2014 foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Educação (ENE), convocado pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já, visando a construção do projeto de educação classista articulado com as lutas d@s trabalhador@s.

Um projeto de educação classista precisa ser construído pela base, assim, o primeiro Encontro Estadual de Educação deve preencher a lacuna que o ENE deixou quando não discorreu e nem traçou encaminhamentos específicos para a educação do/no campo.

Na reafirmação da luta contra a mercantilização da educação e na defesa do financiamento da educação pública e gratuita da cidade e do campo pelo Estado de no mínimo 10% do produto interno bruto (PIB), apresenta-se esse texto, objetivando ampliar a discussão sobre a educação no/do campo, no campo porque: “o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive” (Kolling, Cerioli e Caldart, 2002, p. 26), e do campo: “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (idem.), assumida na perspectiva de continuação da “luta histórica pela constituição da educação como um direito universal” (ibid.), que não deve ser tratada nem como serviço nem como política compensatória e muito menos como mercadoria e também definir, coletivamente, resoluções a serem encaminhadas para o segundo Encontro Nacional de Educação que ocorrerá em junho de 2016.

Sabe-se que a educação do/no campo é oriunda de décadas de lutas e resistências da classe trabalhadora do campo para garantir a sua permanência no campo, entretanto, o êxodo rural é crescente, de acordo com o Censo Demográfico 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que a população rural equivale apenas 15% da população total do país. Certamente, o desejo de uma educação de “qualidade” motiva a saída do campo, pois o agronegócio, predominante nas áreas rurais, expulsa as pessoas na justificativa da exigência da mão de obra especializada.

Os sujeitos do campo ressaltam que o debate sobre o projeto de educação no/do campo deve-se contrapor ao discurso do Estado que utiliza da expressão “educação do campo” para justificar o projeto, em curso, da educação rural. De acordo Molina (2011) o resultado dessa “antipolítica” que, de certa forma, resumiria todos os demais, está no fechamento indiscriminado de escolas em comunidades rurais por ação dos governos estaduais e municipais.[...] o fechamento da escola na comunidade coaduna-se ou seria parte de uma estratégia de imposição de um processo de desterritorialização das populações rurais tradicionais para dar lugar físico-geográfico e político a outro modelo de desenvolvimento econômico do campo com base na agricultura industrial e de mercado.

Para o governo municipal e estadual fechar escola no campo e transportar @s alun@s é menos oneroso ao erário público e reforça a visão de que a escola urbana é melhor. Não há preocupação com a desterritorialização de pessoas e comunidades inteiras.

Diante do exposto, propõe-se como resolução do primeiro Encontro Estadual de Educação:

Proposta:

1. Incluir e garantir o debate da Educação do Campo e Educação Especial no campo na pauta do segundo Encontro Nacional de Educação;
2. Defender Políticas Públicas de Educação do Campo e Educação Especial para toda a população trabalhadora que vive no campo, garantido todas as modalidades de educação: educação infantil, ensino fundamental I e II, ensino médio, educação de jovens e adultos-EJA, educação superior, no campo;
3. Lutar por creches no campo para garantir o acesso e permanência das mulheres no processo de escolarização básica e superior;
4. Exigir construção de escolas com condições de atendimento por faixa etária e para os portadores de necessidades especiais;
5. Defender concurso público específico para a educação do campo;
6. Defender a formação inicial e continua de docentes da educação do campo e que a universidade se aproxime das realidades do meio rural;
7. Defender diretrizes municipal e estadual da educação do campo garantindo a organização da escola de acordo com o calendário agrícola da comunidade escolar;
8. Defender a elaboração de material didático que retratem as realidades do meio rural.

Texto 12

A EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONCEITOS, DILEMAS E DESAFIOS

José Carlos Evangelista – Fórum Estadual de Educação do Campo

Um dos desafios do Século XXI no Brasil não promover a Educação do Campo. Porém, para entender o que queremos dizer com isso, cabe diferenciá-lo da Educação Rural e entender como esse processo ocorreu. Sendo assim, é preciso entender que o governo brasileiro, a princípio, não promoveu uma política de Educação do Campo, levando para a população do campo a chamada “Educação Rural ou a Escola Rural” com a tutela da elite ruralista. Para entender essa assertiva é necessário entender a diferença entre os conceitos de Educação do Campo e Educação Rural.

O conceito de Educação do Campo não existia até 1996, tanto que os documentos oficiais para referir-se ao ensino no meio rural, no final do século passado e início deste continuavam denominando essas iniciativas de educação ou escola rural. Entretanto, os Movimentos Sociais pautaram e construíram um novo paradigma de educação para os povos camponeses. Diante disso, o professor Bernardo Fernandes formula a seguinte indagação: o que aconteceu nesse tempo que possibilitou a construção desta realidade?

A ESCOLA RURAL surge para atender uma demanda reivindicada pelos trabalhadores rurais e pequenos proprietários, mas sob a tutela das oligarquias rurais ou coronéis. Fica explícito que a Educação Rural desde o seu surgimento sempre foi destinada às pessoas mais pobres – para aprender as primeiras letras e as operações matemáticas básicas, para uma simples qualificação para o trabalho.

No período dos Pioneiros da Educação ocorreu um intenso debate sobre a escola rural, quando foi consagrada a chamada ruralização do ensino, nesta época polarizavam a disputa por políticas educacionais distintas ao campo em torno a duas vertentes: 1) a escola rural enquanto instrumento de alfabetização e 2) a escola rural enquanto instrumento da qualificação para o trabalho. A vitória desta última posição, sobretudo após o movimento de 1930, não impediria que, a partir da implantação do Estado Novo, fosse consagrada a “ruralização do ensino”, centrada no binômio educação/treinamento para preparar o camponês para saber utilizar as máquinas e os defensivos agrícolas.

Neste sentido, a educação rural, como intervenção estatal, tinha como objetivo preparar a população rural para adequar-se às novas formas de que assumia a dependência estrutural inerente à subordinação ao capitalismo. E por fim foi construído o estereótipo do homem do campo como “atrasado”, concebido a partir de uma visão eurocêntrica.

A escola no rural surge tardiamente e não institucionalizada pelo estado. Até as primeiras décadas do século XX, era destinada a uma minoria privilegiada; embora o Brasil fosse um país de origem eminentemente agrária, a educação do campo não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até 1988.

Os dados evidenciam o descaso, já que as escolas rurais de educação básica apresentam características próprias em função da dispersão da população residente. Os estabelecimentos são, em sua grande maioria, de pequeno porte. Cerca de 70% dos estabelecimentos que oferecem ensino fundamental de 1ª a 4ª série até 50 alunos e nele estão matriculados 37% do alunado da área rural desse nível de

ensino.

Levando em consideração que o problema da educação não se manifesta apenas no meio rural, ali a situação torna-se mais grave. O Brasil, especialmente o meio rural apresenta os mais baixos índices de escolaridade do mundo. Esse descompasso vem se materializando na inexistência de um sistema organizado por políticas educacionais, voltadas para o campo, permeadas de embates diretos contra o Estado de Direito e o agronegócio.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO defende a superação da dicotomia rural e urbana e a visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano, e que a tendência de progresso de uma localidade se mede pela diminuição de sua população rural. Existe uma matriz de pensamento, que busca construir outro olhar para esta relação: campo e cidade vistos dentro do princípio da igualdade social da diversidade cultural.

Só é possível pensar uma proposição de educação do campo que assegure a valorização da população do meio rural, superando a dicotomia campo-cidade, valorizando o campo não só como espaço da produção agrícola, mas como espaço da produção de riquezas, da cultura, de relações pessoais, etc. Sem essa compreensão não é possível superar a ideia de que para escolarizar-se, as pessoas precisam sair da “roça” para estudar na cidade. Sendo assim, é urgente enfrentar o desafio pedagógico para lidar na educação para a população camponesa, onde numa mesma classe conter estudantes com multi-temporalidades, saberes diversos construídos pela sociedade na qual estão inseridos os estudantes.

É de fundamental importância explicitar os conceitos de educação do campo e educação no campo. O paradigma da educação do campo é um constructo dos movimentos sociais, o que aconteceu no final do século XX, quando a educação para os moradores do campo entrou para a agenda política obrigando o governo a criar programas e depois políticas educacionais.

O conceito de educação ou escola do campo passa a ser utilizado, a partir da década de 1990, para definir a educação básica feita para a população do campo, respeitando suas especificidades, em substituição ao termo escola rural que já estava ultrapassado por ver o espaço rural como lugar definido apenas em função da produção econômica e não tendo em vista a riqueza no modo de vida de quem habita essas áreas.

Essa concepção passou a ser utilizada para definir a educação realizada para a população do campo, respeitando suas especificidades, em substituição ao termo educação rural identificado como uma prática educativa vinculada a uma visão paradigmática capitalista rural que vê o meio rural como o lugar do atraso.

Ao adotar o termo ESCOLA DO CAMPO e não ESCOLA RURAL faz-se referência a um projeto político com uma concepção de campo e de educação que prioriza políticas públicas para garantia do direito à educação no e do campo.

Foi na luta pelo direito à educação que foi forjado esse conceito de educação no e do campo. Afinal, para romper com a educação formal urbana praticada no campo, assim a ‘Educação no Campo’ necessitava defender que “o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive”, levando em

consideração a sua realidade concreta. Essa concepção significa uma ruptura com de paradigma, mesmo quando os sujeitos da educação continuaram sendo os mesmos.

A ruptura está na mudança de concepção e princípios em relação ao ensino; a continuidade está no fato de que atende os mesmos estudantes. Essa ruptura aconteceu durante a década de 1990, entretanto, na atualidade alguns órgãos governamentais e pesquisadores continuam denominando a escola dos filhos de trabalhadores do campo como escola rural, pois ignoram o conceito de educação do campo.

A trajetória da escola no meio rural brasileiro surgiu de forma tardia e descontínua, apesar de discursos e intenções políticas em implantar escolas no campo serem fatos antigos. Mas só com o advento da expansão do ensino público no Brasil que a população do campo passa a ser atendida por programas de escolarização.

Na trajetória da formação escolar brasileira, embora se possam destacar eventos dispersos que denotam intenções do setor público, já no século XIX, de dotar as populações do meio rural de escolas, sabe-se que só a partir de 1930 que passam a ser implantados programas de escolarização relevantes para a população do campo.

Com um Projeto de Educação dos e não para os camponeses, a perspectiva da Educação do Campo é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino. Além de não reconhecer o povo do campo como sujeitos da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos.

A educação do campo nasceu colada ao trabalho e à cultura do Campo. E não pode perder isso de vista em seu projeto. A leitura de seus processos produtivos e dos processos culturais formadores dos sujeitos do campo é tarefa fundamental na construção de um projeto educacional significativo para os sujeitos a que se destina.

É necessário que se promova no campo uma educação específica e diferenciada, isto, é, alternativa, mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referenciais culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.

No contexto atual do nosso país, defender políticas específica para o campo não significa discriminá-lo ou pretender insistir numa postura dicotômica entre o rural e o urban. Ao contrário, nosso caso, precisamos de políticas específicas para romper o processo de discriminação, para fortalecer a identidade cultural negada aos diversos grupos que vivem no campo, e para garantir atendimento diferenciado ao que se propõe tem como objetivo a gestação sujeitos transformadores pessoas e cidadãos responsáveis e solidários necessitaram na Educação do Campo de uma pedagogia capaz de revelar o poder opressivo para construir um poder diferente.

O que vem ocorrendo na maioria dos municípios brasileiros não é uma política de educação do campo, mas de escolarização do campo. Só existe educação do campo, no sentido completo do conceito, em assentamentos e nas Escolas Famílias Agrícolas.

Dados oficiais denunciam que mais de 37 mil unidades escolares encerraram suas atividades de 2003 a 2013 no Brasil nos últimos 12 anos. Somente em 2014, oito escolas do campo fecharam por dia no Brasil. Ao todo, 4.084 instituições de ensino rurais encerraram as atividades no último ano, prejudicando pelo menos 83 mil alunos.

O acerbado fechamento de escolas contribui para o aumento do êxodo rural e inchando as periferias das cidades, acarretando ainda mais os problemas sociais dos municípios: falta de moradia, de saneamento básico, de coleta do lixo, inexistência de atendimento médico, não acesso às tecnologias e informação. E, por fim, o esvaziamento do campo só interessa as grandes empresas para empreender ação mineradora ou agricultura para exportação.

Segundo reportagem do Portal G1, “mais da metade das escolas públicas do Brasil não tem esgoto encanado. Quase um terço sem rede de água. Um quarto sem coleta de lixo. É esse o retrato traçado pelo Censo Escolar 2014”. Esses dados se agravam no campo, já que a maioria das escolas não tem água e esgoto encanados. Os números revelam que boa parte das instituições de ensino ainda não conta com o básico. Faltam nas escolas água encanada, banheiros, cozinhas, laboratórios de ciências, salas de informática, refeitórios, etc.

Apresentamos algumas bandeiras de lutas que devemos defender enquanto coletivo de entidade em defesa da Educação Pública:

Proposta:

1. O fim imediato de fechamento de escolas no campo, e reabertura imediata das instituições fechadas;
2. Controle do Ministério Público da utilização de transporte escolar do campo para cidade, que contraria a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº 02 de 2008. Até porque há ainda o transporte irregular em carros inadequados, com ameaça e segurança e a vida dos estudantes;
3. Que seja utilizado o CAQ (Custo Aluno-Qualidade) como índice de financiamento na educação;
4. Fim dos entraves no repasse de verbas para as escolas famílias agrícolas e renovação dos contratos com esse tipo de escolas;
5. Contratação urgente de trabalhadores da educação em todos às funções para acabar com o acúmulo de funções e sobrecarga de trabalho dos professores/as do campo, e fim de escolas unidocentes;
6. Desenvolver política de incentivo à docência para a Educação do Campo com melhores condições de trabalho (infra-estrutura, contratação de mais profissionais da educação) e melhor remuneração com benefícios financeiros para o trabalho na educação do campo;
7. Desenvolver política emergencial e permanente de construção e reestruturação das escolas do campo – ampliação do número de escolas bem estruturada no campo;
8. Inserção da temática da Agroecologia como conhecimento interdisciplinar na Proposta Curricular das Escolas Públicas Municipais e Estaduais.

COMITÊ ESTADUAL EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA – BAHIA

Encontro Estadual Preparatório ao II Encontro Nacional de Educação – ENE 08 a 10 de abril de 2016

REGIMENTO

1. DOS OBJETIVOS

1.1 O Encontro Estadual Preparatório ao II Encontro Nacional de Educação – ENE é promovido pelo Comitê Estadual Em Defesa Da Educação Pública – Bahia, fórum de articulação constituída por movimentos sociais, militantes e ativistas políticos, coletivos políticos, oposições sindicais e movimentos estudantis.

1.2 O Encontro Estadual tem como seguintes finalidades:

- a) etapa preparatória para o II ENE;
- b) construir com os diversos lutadores da educação pública um plano estadual de lutas em educação no estado da Bahia;
- c) aprofundamento nos estudos e debate sobre as problemáticas significativas no estado da Bahia;
- d) fortalecimento dos Comitês Locais, Regionais e Estadual, em defesa de uma educação gratuita, laica e que atenda o projeto de formação da classe trabalhadora.

2. DAS INSCRIÇÕES E CREDENCIAMENTO

2.1 As inscrições serão realizadas no período de 04/03 até o dia 31/03 (ou enquanto existir vagas a serem preenchidas) através de envio de ficha de inscrição ao email: comitebahiaeducacao@gmail.com.

2.2 No ato da inscrição, os participantes deverão informar sobre a necessidade de alojamento.

2.3 Serão considerado/a delegado/a aqueles/as que realizarem o processo de credenciamento. O credenciamento será encerrado até as 10h30 do dia 09/04, quando os/as delegados/as estarão nos GT.

3. DA PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO ESTADUAL PREPARATÓRIO

08/04

18h30 *Abertura.*

19h às 21h30 *Mesa – ‘Pátria Educadora para quem? PNE e o Projeto de Educação da Classe Trabalhadora’.*

09/04

Painéis Temáticos e Discussão nos GT:

08h *Painel 1 – Educação: avaliação, autonomia e gestão democrática.*

08h20 *Painel 2 – Financiamento, privatização e mercantilização da educação.*

08h40 *Painel 3 – Condições de Trabalho e carreira dos profissionais da educação.*

09h *Apresentação e Defesa dos textos.*

09h30 às 11h30 *Discussão e Apresentação das propostas dos GT.*

14h30 *Painel 4 – Formação Humana: Gênero, sexualidade e questões étnico-raciais.*

14h50 *Painel 5 – Acesso à educação pública e permanência estudantil.*

15h10 *Painel 6 – Políticas públicas e educação do campo.*

15h30 *Apresentação e Defesa dos textos.*

16h às 18h *Discussão e apresentação das propostas dos GT*

20h *Atividade Cultural.*

10/04

09h *Plenária Final.*

4. ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO – GT

4.1 Para o início das atividades do grupo de trabalho deverá ser eleito o/a coordenador/a, relator/a e secretário/a.

4.2 Compete à secretaria registrar a ordem das inscrições de falas e cronometrar o tempo de fala.

4.3 Compete à relatoria registrar as proposições e, caso seja necessário, registrar o resultado da votação.

4.4 O tempo de realização dos GT será concluído em até 1 hora e 30 minutos.

4.5. Cada delegado/a pode encaminhar propostas para o grupo de trabalho por escrito ou em sua fala, após a discussão das propostas encaminhadas por escrito.

4.6 Inicialmente serão lidas e encaminhadas para discussão/votação às proposições oriundas dos textos produzidos.

4.7 Para discussão de cada matéria será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo e duração para o funcionamento do grupo misto ou da plenária.

4.7.1 O número de inscrições observará o prazo definido no caput deste ponto.

4.7.2 O GT ou a plenária poderão deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

4.8 As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

a) fase de discussão: com o tempo de 3 minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

b) fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 minutos, improrrogáveis, para cada inscrito/a em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da plenária e do/da inscrito/a.

c) fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos/as delegados/as, de acordo com o encaminhamento dado pela mesa condutora, com aprovação do GT ou da plenária.

4.8.1 Na fase prevista no item b, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

4.8.2 As questões de ordem, encaminhamento e os pedidos de esclarecimentos, têm procedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso a plenária.

4.8.3 Na fase de e encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

4.8.4 Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

4.9 Não havendo necessidade de novo bloco será submetido à votação. As propostas que seguirão para a plenária final serão aquelas que forem aprovadas no GT por 25% dos/as delegados/as presentes.

5. PLENÁRIA FINAL

5.1 A plenária final será iniciada às 09h30 e terá fim às 17h do dia 10/04, sem o estabelecimento de quórum para sua realização.

5.2 As moções de apoio e repúdio serão encaminhadas para a comissão organizadora até as 19 horas do dia 09/04, sendo entregues digitalizadas (através de pendrive ou pelo email).

5.3 Serão votadas na plenária final as propostas aprovadas por 25% dos/as delegados/as nos Grupos Temáticos.

5.4 Caberá à comissão de Relatoria sistematizar e compatibilizar as propostas oriundas dos Grupos Temáticos.

5.5 A leitura e discussão das propostas obedecerão a ordem dos Grupos Temáticos, a saber: 'Educação: Avaliação, Autonomia e Gestão Democrática', 'Financiamento, Privatização e

Mercantilização da Educação’, ‘Condições De Trabalho e Carreira dos Profissionais da Educação’, ‘Formação Humana: Gênero, Sexualidade e Questões Étnico-Raciais’, ‘Acesso à Educação Pública e Permanência Estudantil’, ‘Políticas Públicas e Educação do Campo’.

5.6 Após leitura e votação das propostas serão realizadas as leituras de moções e apoio e repúdio, de acordo com ordem que as mesmas chegaram à Comissão organizados.

6. CASOS OMISSOS

6.1 Os casos omissos serão resolvidos pela comissão organizadora.

Salvador, 19 de março de 2016.